



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 103ª reunião, realizada em 23 de novembro de 2017

1 Em 23 de novembro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC Jequitinhonha) do
3 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na Sala de
4 Reuniões da UEMG Diamantina - Rua da Glória, 394, Centro -
5 Diamantina/Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
6 titulares e suplentes: Presidente suplente Clésio Cândido Amaral,
7 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
8 Sustentável (SEMAD); **Representantes do Poder Público:**
9 Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de
10 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Julio César Correa
11 de Paula, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração
12 Regional (SECIR); Tamara Marques Veríssimo, da Secretaria de
13 Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de
14 Minas Gerais (SEDINOR); Angelli de Castro da Silva Cordeiro, da
15 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG);
16 Emerson dos Santos Cordeiro, da Secretaria de Estado de
17 Transportes e Obras Públicas (SETOP); 3º Sgto. PM Washington
18 de Miranda Melo, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
19 **Representantes da Sociedade Civil:** José Otoni Alves Campos,
20 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
21 (FAEMG); Guilherme Coelho Neves, da Federação das
22 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
23 (FEDERAMINAS); Márcia Elisa Rocha Santos, do Conselho
24 Municipal de Meio Ambiente - CODEMA de Diamantina/MG; Alex
25 Mendes Santos, da Caminhos da Serra – Ambiente, Educação e
26 Cidadania; Talles Guedes de Matos, da Sociedade dos Amigos do
27 Tabuleiro; Silvana Regina Paslauski, da Universidade do Estado de
28 Minas Gerais (UEMG); Soraya de Carvalho Neves, da Universidade
29 Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. **1.**
30 **ABERTURA.** Presidente Clésio Cândido Amaral: “Boa tarde a
31 todos. Agora temos quórum. Vamos iniciar com a 103ª Reunião
32 Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, Conselho
33 Estadual de Política Ambiental – COPAM. Data, 23 de novembro de
34 2017, às 13:30 horas. Local, sala de reuniões da UEMG
35 Diamantina, Rua da Glória, 394, Centro, Diamantina. Dou por
36 aberta, Clésio Cândido Amaral, a reunião da URC.” **2. EXECUÇÃO**
37 **DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Clésio Cândido

Comentado [dr1]: Na reunião o Presidente fez alteração da ordem dos itens da pauta.

38 Amaral: “Vamos a execução do Hino Nacional.” **3. COMUNICADO**
39 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Clésio
40 Cândido Amaral: “Comunicados dos Conselheiros e Assuntos
41 Gerais. Alguém tem algum comunicado a fazer?” Conselheiro José
42 Otoni Alves Campos: “Boa tarde para todos. Eu teria alguns
43 comunicados, algumas considerações a fazer. Quando da
44 realização desta URC na penúltima reunião, um pedido referente a
45 ponte (áudio não identificado) foi um compromisso na Cemig,
46 condicionante 52, depois de uma batalha judicial entre a Trena
47 Engenharia e a Vereda Engenharia de Belo Horizonte, venceu a
48 Trena e começou a ponte dia 02 de novembro. Está lá o pessoal só
49 chegando, cada dia chegando, mas gente, mais carro para poder.
50 Então eu acho que isso aí, eu estou saindo do COPAM com um
51 grande dever cumprido e a Cemig está cumprindo o que foi
52 determinado por esse COPAM e, mesmo que o Doutor Luiz
53 Gustavo não esteja aqui, mas a partir do momento que o Doutor
54 Luiz Gustavo não omitiu (áudio não identificado), como se diz,
55 apadrinhando a gente, a coisa andou como deveria ter andado. Me
56 desculpem os três promotores que passaram antes, Doutor Felipe,
57 Doutor Francisco, Doutor Aguinaldo que foram omissos, mas Doutor
58 Luiz Gustavo, a gente tem que deixar registrado que dele realmente
59 ter prestado, prestou, e está prestando um grande serviço lá no
60 Jequitinhonha. E falar para vocês o seguinte, Doutor Wesley, você
61 acabou de me perguntar o porquê aquela água suja. Aquela água
62 só está suja após o rio Araçuaí receber o Córrego rio Gravatá, o rio
63 Setúbal. Então para nós é uma tristeza muito grande que a nossa
64 água, eu falei aqui nesse órgão várias vezes que o rio era virgem,
65 que a água era limpa e no tanto, após a construção da barragem do
66 Setúbal, que é uma barragem que foi construída pela Ruralminas,
67 uma barragem ali, como se diz, que seria para (áudio não
68 identificado) e a gente tem, como se diz, a insatisfação de cada dia
69 chegar uma multa lá. Porque essa barragem não tem a licença
70 ambiental. Não tem a licença para funcionar ali e pode captar água
71 dessa barragem. Então até hoje a gente não entende para quê que
72 fizeram essa barragem. Tem assentamento, tem várias pessoas
73 querendo produzir em torno da barragem, mas a informação que a
74 gente tem, eu sou leigo, que deu problema, como se diz, no
75 vertedouro dela e ela tem 30 metros de lama, aquela água está
76 saindo bem do fundo. Aquilo é água de fundação que Jenipapo de
77 Minas está tomando, que Araçuaí está tomando é aquela água.
78 Hoje a gente brigou várias vezes por quanto a sujeira do Rio
79 Jequitinhonha. Hoje está o Rio Jequitinhonha ali, lá em Itira, lá no
80 Pontal, que corta os dois, e está o Araçuaí totalmente vermelho. Se

81 fizeram uma foto daquele problema que teve em Mariana com o rio
82 atual, com o rio Araçuaí você deve ter passado ainda a ponte, e viu
83 que não tem diferença nenhuma da turbidez da água. Então para a
84 gente é muito triste e eu gostaria, sabe Doutor Wesley, a gente está
85 saindo, mas o pessoal que fica, pensasse nisso, fez uma barragem,
86 tem tanto tempo que inauguraram essa barragem, deve ter 06 anos
87 que foi inaugurada. Ela foi inaugurada no lançamento da
88 candidatura de Dilma à Presidência da República. Apesar dela ter
89 sido feita no Governo de Aécio e até hoje não tem licença, por
90 exemplo, os órgãos responsáveis, não pode dar uma licença para
91 captar uma pegada de água nessa barragem. Então a gente vê,
92 isso aí vai fazendo a gente ficar descrente com o nosso Estado,
93 com o nosso município, até mesmo com os órgãos responsáveis,
94 porque eu não entendo, o quê que está agarrando. Como é a que
95 Ruralminas faz uma barragem dessa e ela não tem licença para
96 funcionamento? E outra coisa, Doutor Wesley, eu estou bastante
97 triste referente a Araçuaí porque vai fazer 10 anos que eu estou no
98 COPAM e desde o início eu falava na importância de uma
99 Supramzinha em Araçuaí. Pois bem, criou um escritório lá do IEF.
100 Agora esses dias, eu tenho 25 hectares de Eucalipto plantado, eu
101 precisei fazer um DCC, Araçuaí não resolve o DCC, andou para
102 Medina e isso tem 15 dias, agora ontem eu fui informado pelo
103 gerente de Teófilo Otoni que o rapaz responsável pelo escritório de
104 Medina tirou férias prêmio de 03 meses, simplesmente não tem
105 ninguém lá para responder. Vou ter que começar tudo de novo e
106 levar em Teófilo Otoni. Então o negócio que a gente não entende,
107 porque que Medina está no Jequitinhonha, o escritório lá quem
108 coordena é a SUPRAM Diamantina e quem coordena o IEF de
109 Medina é Teófilo Otoni. Isso a gente fica assim, às vezes, a gente
110 acha que está... está tudo errado. Se a gente for analisar friamente,
111 não tem nada certo. Como que o escritório de Medina (áudio não
112 identificado) visita Medina para poder pensando na SUPRAM. E o
113 IEF que responde por Medina é Teófilo Otoni, então são
114 questionamentos que a gente gostaria que ficasse gravado aqui
115 para poder... eu fiquei esse tempo todo eu não consegui, quem
116 sabe com a nossa saída, pessoal vai olhar melhor. Isso é desde a
117 época de Anastasia, agora esse Governador já vai inteirar 03 anos
118 de governo e já fizemos reunião aqui com Secretário, o Secretário
119 que já veio aqui, de Meio Ambiente, aquela vez que veio na AABB
120 aqui em Diamantina. Nós recebemos, ele prometeu. Todo mundo
121 vem prometendo, prometendo, prometendo e nós vamos sair sem a
122 sorte nossa que a Cemig vai cumprir essa condicionante 52. Eu não
123 sei o quê que está acontecendo com a FETAEMG, mas o nosso

124 companheiro José Antônio até parou de vir aqui. De tanta
125 pendência que a Cemig tinha com os assentamentos. Eu não sei se
126 foi resolvido, não sei se a FETAEMG está substituindo, mas eu
127 gostaria aqui, se o Doutor Wesley, puder alguma informação para o
128 pessoal que vai ficar, porque nós temos que resolver o nosso
129 problema. Ficar só pensando que os outros estão isso, estão aquilo,
130 está todo mundo errado. É uma pena dizer que está acontecendo
131 isso, essa falta de compromisso. A única pessoa que está dentro de
132 um vale sou eu. Você vê só o seguinte, tem 680 quilômetros para
133 baixo, a SUPRAM está aqui em Diamantina. Então tem 90 para o
134 lado de Belo Horizonte, 680 para o lado de Salto da Divisa. Então
135 está todo mundo, como se diz, prefere ser multado, prefere, porque
136 depois o governador perdoa a multa até não sei quantos mil, sujeita
137 a preferida sair no tapa com o outro, está certo? E a decepção da
138 gente é muito grande. Ainda mais quando eu fui informado viu,
139 Wesley, que o funcionário do IEF está lotado em Medina e atende lá
140 na Divisa Alegre. Eu não entendo como que uma pessoa está
141 lotada em município e atende em outro município. Eu gostaria de
142 saber como que isso funciona. Você está lotado aqui é a mesma
143 coisa de estar lotado aqui em Diamantina e atender em Curvelo ou
144 atender em Belo Horizonte. Eu acho que, você me desculpa aí,
145 porque a gente tem uma satisfação de um lado, mas a insatisfação
146 é muito maior do que a satisfação. Eu espero que vocês me
147 perdoem aí, vocês vão ficar livre de mim, agora eu tenho a
148 consciência tranquila, tudo que eu votei, se fosse para votar de
149 novo, eu votaria, tudo que eu deixei de votar, eu deixaria de votar.
150 Estou com a consciência tranquila. Nunca fui sugerido por órgão
151 nenhum, por ninguém, nem da nossa direção da FAEMG para votar
152 a favor de A ou de B. Sempre eu usei o meu consenso, o meu
153 critério, a minha capacidade de analisar prova / contra. Me desculpa
154 aí viu gente? Mas a partir de fevereiro, vocês vão estar livres de
155 mim, obrigado.” **Conselheiro Guilherme Coelho Neves:** “Boa tarde a
156 todos, Senhor Presidente, equipe da SUPRAM. Eu trago só acho
157 que talvez esse seja o microfone aberto que a gente tem realmente
158 com a Secretaria de Meio Ambiente, bem como acho que o alto
159 escalão da Secretaria de Meio Ambiente e acho que precisa usar
160 bem aquilo que é pertinente, e eu acho que até corroboro um pouco
161 com as palavras do Senhor José Otoni que eu acho que, não que
162 venha substituí-lo, eu acho que é será grande perda pela forma de
163 se posicionar aqui e eu não sei se cabe, como cabe, mas o que eu
164 vejo é que a SUPRAM hoje em linhas gerais, precisa de mais gente.
165 Então assim, pelo que a gente percebe aqui das reuniões, a equipe
166 é muito dedicada, é muito empenhada, a gente vê pelos pareceres,

167 mas eu acho que pelo volume de processos que a SUPRAM tem e
168 pelo que a gente tem de alguns comentários, inclusive de
169 empreendedores, falta gente para tocar tanto processo. Então não
170 sei, a gente sabe das dificuldades financeiras que o Estado
171 enfrenta, mas ao mesmo tempo o Estado não tem outra fonte de
172 renda que não seja arrecadação de impostos que essencialmente
173 vem dos empreendimentos. Então se a gente começa a ter
174 empreendimentos não licenciados e/ou trabalhando em condição de
175 ilegalidade porque os processos de licenciamento, às vezes, estão
176 levando um prazo dilatado, eu creio que isso impacta diretamente
177 na própria condição econômica do Estado. Além do
178 desenvolvimento econômico do país como um todo. Então assim,
179 eu queria só aproveitar desse momento, o microfone aberto para aí
180 em nome da classe que a gente representa, a federação das
181 associações comerciais do Estado de Minas Gerais, colocar essa
182 situação, que seja feito, que a gente consiga ter uma equipe técnica
183 mais robusta, com mais técnicos aí, destaque para a qualidade da
184 equipe. Mas eu acho que precisa conseguir realmente engrossar
185 um pouco a equipe. Obrigado a todos.” Presidente Clésio Cândido
186 Amaral: “É, Senhor José Otoni, eu presido a URC desde o ano
187 passado, eu acho que vai ser uma perda enorme para a URC, até
188 pelo conhecimento que o senhor tem das discussões que são
189 levadas. Então não ache a gente vai ficar feliz com isso não, nem
190 eu vou ficar feliz com isso não porque aqui realmente é um fórum
191 de discussão. A gente não tem gente capacitada para essas
192 discussões todas que realmente possam crescer para aquilo que é
193 necessário, fica muito ruim. Quanto a questão das SUPRAMs, eu
194 corroboro. Nenhuma SUPRAM é diferente da outra. A minha lá no
195 norte ela tem uma deficiência enorme de técnicos e a minha
196 demanda maior do que a do Jequitinhonha, são 91 municípios para
197 mim. Porém em função do limite prudencial do Estado, a gente tem
198 concursos válidos, até hoje a gente não pode chamar um técnico
199 desse concurso para as vagas existentes por causa do limite
200 prudencial. E isso é um problema, não é? Outro problema que vem
201 acontecendo é que os técnicos estão literalmente pedindo demissão
202 do Estado. Nesse último ano, para vocês terem ideia, eu já perdi 04
203 jurídicos para concursos federais, eles simplesmente pediram
204 demissão e vou perder mais um agora até o final do ano. Eu que
205 tinha uma equipe de 7 juristas eu tenho hoje 3 só. Então é uma
206 situação, como que eu dou razão a toda a demanda que nós temos
207 no Estado, e não é pequena, não é? Aquilo que se faz é cada vez
208 maior em função disso a gente não consegue fazer nada. A gente
209 não consegue contratar. A gente não consegue fazer nada.

210 Realmente é uma situação. A gente tem tentado achar as formas
211 legais de agilizar os processos e verificar tudo isso sem perder a
212 complexidade, porque os processos são complexos, nós não
213 estamos falando de processos simples. Eu acho que tanto a
214 SUPRAM Jequitinhonha quanto a SUPRAM Norte de Minas. No
215 meu caso lá 75% dos meus empreendimentos são em relação a
216 agrosilvopastoril e aí a gente tem novos programas em relação a
217 Reserva Legal, que não está equacionada, ninguém tem isso
218 resolvido, é tudo instruído por EIA/RIMA e aí a gente tem recebido
219 cada vez mais estudos muito ruins. Muito ruins mesmo. Eu estive
220 há pouco tempo na SEMAD conversando com o Subsecretário de
221 Regularização e a Chefe de Gabinete, o Anderson e a Daniela
222 Diniz, porque eu recebi 04 processos instruídos com a EIA/RIMA,
223 onde o EIA tinha 30 folhas e o PCA tinha 04. Como que um
224 empreendedor quer que eu aprove o processo de agrosilvopastoril
225 com um estudo desse? No meu pedido falei assim 'Olha, eu quero
226 indeferir, eu quero arquivar isso aqui, sem nem precisar analisar,
227 sem nem pedir informação complementar.' Porque não justifica a
228 gente pedir informação complementar. Eu tenho discutido com a
229 (áudio não identificado) essas questões todas. A qualidade dos
230 estudos apresentados pelos empreendedores. A gente fala que é a
231 economia que sai caro, porque você vai levar um tempo para poder
232 fazer isso, vai pagar lá 100 mil reais para fazer um estudo, achando
233 que está, chega lá o estudo, ele é reprovado, você vai ter contratar
234 um outro e vai pagar o preço de justo para fazer um estudo que vai
235 levar mais 06 meses, 01 ano para ser feito, para ser apresentado ao
236 órgão ambiental e para ele entrar em uma fila para ser analisado.
237 Olha o tempo que a gente perde nesse sentido do ponto de vista na
238 regularização, até então o empreendimento acaba funcionando de
239 forma irregular, ele estava funcionando. É uma situação muito ruim.
240 A gente tem tentando conversar muito com os empreendedores,
241 com as associações de classe justamente em função disso, como
242 que é importante que os estudos sejam bem feitos para que a gente
243 possa ter condição de analisar e aí sim equacionar os impactos
244 ambientais nesse sentido. Não é uma situação confortável para
245 nenhum Superintendente, não para o Ângelo, não é para mim, não
246 é para Ricardo, é uma realidade de todas as SUPRAMs e a gente
247 tem tentado fazer todos os esforços para achar soluções técnicas
248 adequadas de celeridade desses processos. A gente sabe que a
249 legislação, a gente conseguiu avançar enormemente sobre alguns
250 critérios da legislação como as questões relacionadas ao IPHAM, e
251 não deixar de dar importância a essas questões todas, mas você
252 ficar com um processo 01 ano, 02 anos esperando uma

253 manifestação do IPHAM, que não é uma questão ambiental,
254 independentemente da importância, não é ambiental, nós não
255 estamos fazendo uma análise ambiental, uma análise arqueológica
256 e histórica e tal. E aí o processo fica parado e o empreendedor com
257 toda razão fica chateado. Então nós avançamos em alguns pontos,
258 mas em outros pontos não tem jeito. Como que a gente passa para
259 frente ou condiciona um problema de Reserva Legal que a
260 legislação não nos permite? E a gente sabe que no norte, aqui no
261 Vale do Jequitinhonha a gente tem grandes problemas em relação a
262 isso. Eu corroboro dessa expectativa de vocês, mas eu também
263 acredito que ao longo dos anos e nesse ano a gente conseguiu
264 equacionar muita coisa dos passivos ambientais, algumas soluções,
265 sistemas eletrônicos que aí cabe ao Estado a fiscalização mais
266 intensiva. Mas eu acredito que a gente vai chegar em uma condição
267 melhor tá? Mas eu fico triste com a saída do senhor, de vez em
268 quando o senhor podia vir ver a gente, tomar um café, entendeu?
269 Dar um pitaco, mesmo não sendo consultor.” Conselheiro José
270 Otoni Alves Campos: “Obrigado pelas palavras aí. Pode estar certo
271 do seguinte, domingo eu vou fazer vestibular para Agronomia,
272 porque eu quero defender uma tese, para mim defender uma tese
273 eu tenho que ter curso superior. Eu vou fazer Agronomia. Eu quero
274 defender a tese o seguinte, não existe meio ambiente só de árvores
275 e água, ninguém nunca falou em solo. Eu acho que o mais
276 importante de tudo do meio ambiente é o solo. E o nosso solo
277 principalmente do Jequitinhonha estão morrendo, não, muitos
278 municípios o solo já morreu, Itira, Francisco Badaró, Berilo, o solo
279 morreu que são áreas mais acidentadas. Eu quero fazer Agronomia
280 para defender essa tese. E quero voltar sim várias vezes aqui para
281 poder ajudar vocês no que for possível e ver o trabalho do
282 COPAM.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Senhor José,
283 nós vamos sentir muito a falta do senhor mesmo, como todo mundo
284 está falando. As discussões que ele propõe, às vezes o povo acha
285 que é cansativo ou não, mas são necessárias. Ele propõe questões
286 que polemizam, entendeu? Então a gente vai realmente sentir falta
287 do senhor. Fico muito feliz de saber que o senhor está animado de
288 estudar. Eu acho assim uma glória, uma glória que ele estuda
289 mesmo, acho que esse país precisa de mais gente estudando. Vou
290 pontuar duas coisas que foram ditas aqui, uma pelo Clésio e outra
291 pelo Guilherme a questão do pouco funcionário e a pouca gente
292 trabalhando no meio ambiente. Isso é a realidade do Brasil inteiro. A
293 gente está vendo uma questão política também que está sendo
294 envolvida na questão ambiental. É o momento de falar sobre isso
295 eu acho. Está havendo um sucateamento do sistema no geral,

296 desde as esferas federal, estadual, municipal. Tem um
297 sucateamento geral na questão de meio ambiente. Principalmente
298 devido as questões de bancadas ruralistas nesse país, inclusive as
299 dívidas ambientais estão sendo todas abatidas dos grandes
300 agrosilvopastoril, vamos dizer assim, tá? Então aqui eu vou
301 manifestar esse ponto que se está faltando funcionário nas
302 SUPRAMs, entendeu? É falta de nós, a gente tem que prestar muita
303 atenção agora para ter eleição esse ano. Entendeu? Porque isso
304 está diretamente, a gente tem que prestar atenção em partidos.
305 Hoje eu estava escutando uma reportagem sobre a questão
306 eleitoral, entendeu? E o nosso sistema eleitoral ele elege partidos.
307 Como os partidos vão se comportar nas votações importantes que
308 aconteceram no país este ano. Previdência, as leis trabalhistas, eu
309 quero que todos prestem atenção nisso, porque o nosso destino,
310 desse país como a gente cantou hoje aqui o hino nacional, está
311 dependendo dessa eleição do próximo ano, entendeu? Se a gente
312 não mudar o jeito que está, vai ficar cada vez pior, a SUPRAM vai
313 ter cada vez menos funcionário, ela vai ter cada vez mais
314 concessões aos grandes produtores desse país, a elite vai
315 continuar dominando e a população vai continuar sucumbindo, que
316 é que a gente está chegando a esse ponto. Agora, é, não vamos
317 falar, não vamos entrar muito na política senão a gente entusiasma.
318 A outra coisa que eu gostaria de falar, é a questão a gente tem
319 notícias ruins, a gente tem notícias boas, essa questão que você
320 falou da baixa qualidade dos EIA/RIMAs no país. Isso é um reflexo
321 da educação no geral, das universidades, dos formandos que estão
322 saindo hoje em dia das novas universidades. A gente, vamos dizer
323 assim, na nossa unidade, a gente peleja, a gente peleja com essa
324 geração mais nova, entendeu? Porque eles têm uma facilidade de
325 informação muito grande do copia e cola da internet, tudo na mão e
326 aí, por exemplo, pega EIA/RIMA. Eu já vi EIA/RIMAs copiados,
327 igualzinho, entendeu? O pessoal pega, copia, cola que tem a cara-
328 de-pau de apresentar para a SUPRAM. A gente que trabalha no
329 meio há muitos anos, sabe disso. A qualidade está só caindo, cada
330 vez mais assim, chegam a pensar que 04 páginas, você não tem
331 que ler, você tem que devolver, entendeu? E olha que eu dou aula
332 de legislação, licenciamento ambiental, a minha disciplina é
333 optativa. Nas universidades também as disciplinas em relação ao
334 meio ambiente, na Agrárias tem alguma coisa, na Geologia tem
335 alguma coisa, entendeu? Mas são poucas, são eletivas, a maioria
336 dos alunos novatos, quando faz é para passar, para cumprir carga
337 horária, entendeu? A melhor aluna que eu tive de legislação
338 ambiental, licenciamento e legislação ela era é como se diz,

339 ouvinte, ela já estava na pós-graduação trabalhando com meio
340 ambiente, não conseguia fazer os trabalhos direito, porque não
341 tinha que estudar, aí ela falou 'Professora, posso assistir a sua
342 aula?' Foi a melhor aluna que eu tive. Porque ela estava ali por
343 interesse para saber como que faz um EIA, como que faz um RIMA,
344 o quê que é importante e o quê que não é. E assim, a gente está
345 tentando melhorar a situação, vamos continuar apertando os
346 alunos. Mas eu acho que tem que fazer isso, tem que devolver,
347 entendeu? E mostrar para esse povo que tem que ler, tem que fazer
348 uma coisa direito, direcionado, aplicada, não é só... acham que o
349 papel aceita tudo, sabe gente? E acha a ninguém vai ler o que está
350 escrito ali. E as pessoas leem e os técnicos (áudio não identificado).
351 Agora notícias boas. Não é só umas reclamações gerais, agora eu
352 falar das notícias boas, eu queria agradecer uma compensação
353 ambiental que veio para a universidade, em nome da UFVJM, a
354 gente tem uma compensação da Espeleologia há 02 anos atrás da
355 Anglo American. Esse projeto foi desenvolvido durante 02 anos, deu
356 frutos maravilhosos. Nós montamos uma caverna itinerante,
357 estamos levando aos municípios do Vale, em março nós vamos a
358 Carbonita, vamos começar a fazer exposições, que inclusive entra a
359 conscientização ambiental na nossa posição, mas o melhor que
360 mesmo agora, o projeto acabou, eles fecharam o convênio, mas os
361 frutos desse projeto, a gente conseguiu aprovar um projeto ontem,
362 saiu um resultado na FAPEMIG, conseguimos graças a Deus mais
363 02 anos de trabalho. Então assim, o laboratório de Espeleologia vai
364 continuar trabalhando, graças a uma iniciativa que partiu do meio
365 ambiente. Então eu queria reforçar como é importante, entendeu?
366 Os nossos técnicos sugerirem que as compensações ambientais
367 venham para a região. Porque quando ela é trabalhada seriamente
368 igual a gente fez esse projeto do Núcleo Espeleológico, ele dá
369 frutos maravilhosos, nós temos uma exposição aqui no Campus 1
370 de uma semana, na Semana Nacional das Ciências e Tecnologia,
371 nós tivemos 840 visitantes, em uma salinha deste tamanho, para
372 ver caverna, pedrinha, geologia, entendeu? E assim, movimentou a
373 cidade, os alunos adoraram, crianças lá, assim, eu ajoelhada
374 mostrando pedrinhas para as crianças, entendeu? Tem foto. E
375 assim o fruto tanto para a comunidade, quanto para os professores,
376 para os estudantes da graduação que estão ali estudando é muito
377 ganho. Então eu acho que a gente tem que atentar a isso e tentar
378 trabalhar da melhor forma possível, entendeu? Fazer um trabalho
379 sério, competente, entendeu? Para que esse país vá para frente,
380 porque se a gente deixar, entregar os pontos, entendeu? Força aí
381 na próxima eleição muito obrigada." Presidente Clésio Cândido

382 Amaral: “Mais alguém gostaria de fazer algum comentário?
383 Parabéns pelo projeto professora. Eu fico feliz escutando isso, lá
384 quando mudou a URC que houve uma instrução sobre que ela ia
385 acabar, não ia ter quórum, não ia ter discussão, a gente passou
386 pela mesma questão lá na URC de Montes Claros, lá a gente
387 conseguiu aprovar um projeto que na realidade a institucionalização
388 de um banco de projetos para que todo empreendedor tenha
389 possibilidade de tratar ou já de buscar esses projetos já prontos e
390 financiar enquanto medidas compensatórias da reversão de 50%
391 das multas que eles recebem. Então o pessoal elaborou um
392 estatuto, foi pelos próprios Conselheiros, eles fizeram um estatuto,
393 as normas, como é que vai ser regido, que projeto que é, o quê que
394 pode ser, o quê que não pode ser. Então hoje, em Montes Claros,
395 qualquer empreendedor que quiser reduzir 50% das multas e
396 aplicar na parte de educação ambiental, o projeto ele já tem esse
397 banco que vai poder ir lá e falar ‘Olha, eu quero esse projeto aqui.’
398 Ele vai ter que continuar acompanhando o projeto, passando para a
399 SUPRAM tudo relativo ao projeto, cumprimento daquele projeto,
400 mas ele que vai aportar o dinheiro todo. Ele não fica isento
401 completamente da responsabilidade, que a responsabilidade de
402 apresentação e de conclusão do projeto continua sendo dele, mas
403 ele tem agora uma parceria que ele pode buscar, porque uma das
404 reclamações que nós tínhamos lá é que: qual que é dificuldade
405 desses empreendedores fazerem um projeto, apresentar um
406 projeto? Que eles não têm pessoal capacitado dentro da empresa,
407 às vezes, para essa função. E isso acabou trazendo para a gente
408 aplicação desses projetos na região, então isso ficou muito bacana.
409 Eu acho que a URC aqui do Jequitinhonha poderia ir para a mesma
410 linha, entendeu? A gente está lá à disposição. Posso mandar o
411 estatuto para vocês lerem, olharem. Posso colocar em contato com
412 o pessoal lá da ONG Tabuas, acho que é a ONG Tabuas, que
413 puxou essa questão toda e ali foi um negócio muito bacana. A URC,
414 ela não acaba porque é só processo de Auto de Infração, ela pode
415 reverter muitas questões e discussões para coisas bacanas em
416 relação a isso.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Fico feliz que
417 tenha acontecido esse processo e gostaria de participar de coisa
418 parecida aqui. Até porque a gente teve algumas experiências com
419 empresa, com projeto, justamente dentro desse processo da
420 empresa solicitar porque não sabia como fazer e a gente estava
421 propondo aqui, e não foi muito bom porque faltou justamente esse
422 acompanhamento. Eu acho que ou talvez a gente não tenha tido
423 sorte com as empresas que a gente trabalhou, mas assim, a coisa
424 prometida e acordada ela não aconteceu da forma ideal. Então

425 perdemos todos, a gente, teve as propostas, a gente teve
426 oportunidade, foram vários projetos, inclusive de cavernas que está
427 sendo muito bom e o Ministério Público tem tido uma posição boa
428 nesse aspecto. Agora mesmo a gente vai instalar em Gouveia o
429 CRAS que é o Centro de Recuperação de Animais Silvestres em
430 uma parceria. Que é um projeto muito interessante, mas que
431 também vai ter que ter apoio, porque aqui a gente não tem
432 trabalhos de atendimento a animais silvestres, o mais próximo é uns
433 270, 300 quilômetros. Então isso é uma boa ideia e eu acho que
434 nós, Conselheiros temos que agarrar essa ideia, pegar esse *know-*
435 *how* aí que foi feito e criar esse plano (áudio não identificado) que
436 eu acho muito interessante.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Se
437 ninguém tem mais nenhum comunicado, eu queria fazer uma
438 proposta aqui de inverter os itens de pauta, a gente fazer o
439 julgamento do item 4.2 e a proposta de agenda anual e deixar o 4.1
440 por último, uma vez que tem representante da empresa que quer
441 falar. Se ninguém se opor, a gente pode fazer assim? **4.**
442 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO**
443 **AOS AUTOS DE INFRAÇÃO.** Item 4.2 **Geraldo Rocha - Lavra a**
444 **céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco; minerais**
445 **não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas**
446 **ornamentais e de revestimento - Diamantina/MG - PA/Nº CAP**
447 **435877/2016 - AI/Nº 6343/2015 - Apresentação: Supram JEQ.**
448 Algum destaque? Quem concordar com o Parecer da SUPRAM
449 permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. **5.**
450 **PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA UNIDADE**
451 **REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA DO COPAM PARA O**
452 **ANO DE 2018. APRESENTAÇÃO: SUPRAM JEQ.** Está colocado
453 ali na tela a proposta da SUPRAM Jequitinhonha que as reuniões
454 sejam trimestrais ou sejam quatro reuniões anuais. A primeira
455 reunião seria em fevereiro de 2018. Dia 22/02/2018. A segunda
456 reunião em maio, dia 10/05/2018. A terceira reunião em agosto, no
457 dia 09/08/2018 e a quarta reunião em novembro, em 22/11/2018.
458 Lembrando que aprovado esse calendário, não há impedimento
459 nenhum de reuniões extraordinárias. E eu coloco em discussão o
460 calendário. Alguém quer se pronunciar? Vamos a votação. Se todos
461 estão de acordo com o calendário proposto pela SUPRAM
462 Jequitinhonha permaneçam como estão. Aprovado por
463 unanimidade. Vamos ao item **4.1 ArcelorMittal Bioenergia Ltda. -**
464 **Produção de carvão vegetal, oriunda de floresta plantada -**
465 **Itamarandiba/MG - PA/Nº 33768/2013/001/2013 - AI/Nº**
466 **67937/2013 - Apresentação: Supram JEQ.** Algum destaque de
467 algum conselheiro? Posso abrir a palavra ao empreendedor para as

468 suas palavras? Vamos. Quem vai falar primeiro pelo
469 empreendimento? Você Alexandre? Eu chamo Alexandre
470 Guimarães. Alexandre, você vai ter 05 minutos para a
471 apresentação.” Alexandre Guimarães, Representante do
472 Empreendedor: “Boa tarde ao Senhor Presidente, boa tarde a toda
473 a SUPRAM Jequitinhonha, órgão ambiental. Boa tarde a todos os
474 Conselheiros. inicialmente eu gostaria de fazer um pedido, Senhor
475 Presidente, nós temos 04 inscritos e nós temos uma apresentação
476 que a gente gostaria de trazer um pouco mais de informação sobre
477 esse auto. Na verdade, a gente queria saber se a gente pode talvez
478 somar os tempos, alguma coisa nesse sentido, se é possível. Para
479 que a gente faça uma apresentação, a gente trouxe algumas fotos,
480 queria ilustrar. Presidente Clésio Cândido Amaral: “Na realidade no
481 total vocês tem 20 minutos. 04 inscritos. Vocês podem dividir esse
482 tempo, dos 20 minutos, entre vocês se um ou só duas pessoas vão
483 falar, a gente marca. A gente pode marcar de 05 em 05 minutos ou
484 a gente pode marcar os 20 minutos totais que é em relação aos
485 inscritos. Pode ser?” Alexandre Guimarães, Representante do
486 Empreendedor: “Perfeito. Pode ser. Bom, um outro questionamento
487 antes de começar Senhor Presidente, eu tenho particularmente,
488 tenho uma proposta, escutamos essas questões todas de estudos,
489 etc, se ao fim o senhor vai abrir o prazo para a manifestação aí fora
490 do processo. Se vai ter manifestação dos presentes, alguma coisa
491 assim.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Se os Conselheiros
492 quiserem fazer alguma pergunta, alguma manifestação, eles vão,
493 vai estar aberta a manifestação e se eles questionarem alguma
494 coisa a empresa, a empresa vai responder aos questionamentos
495 (áudio não identificado).” Alexandre Guimarães, Representante do
496 Empreendedor: “Ok. Só uma manifestação de cunho pessoal,
497 (áudio não identificado) primeiro para mim é uma satisfação muito
498 grande poder voltar a essa Unidade Regional Colegiada. Gostaria
499 que fosse, nas discussões antigas que tínhamos de processo de
500 licenciamento, a gente acha que é um novo modelo do Estado, é
501 um modelo que está sendo implementado, um modelo que está
502 sendo experimentado, mas as discussões regionais e os processos
503 de licenciamento, a gente entendia que tinha um ganho muito
504 grande para a região, de forma descentralizada, cada região com a
505 sua peculiaridade. Antes de entrar no assunto da empresa,
506 principalmente Soraya e Clésio, vou me furtar, até antecipo um
507 pouco, acho que vai ser necessário utilizar os 20 minutos. Uma
508 questão que vocês colocaram sobre os estudos, a precariedade dos
509 estudos, mas tem uma outra questão que eu acho que a gente
510 também deveria colocar, nós temos estudos caríssimos. Hoje todos

511 os processos que tem EIA/RIMA obrigatoriamente aí entrando na
512 questão da cavidade natural subterrânea, da espeleologia, todos os
513 processos efetivamente você tem estudos de espeleologia, seja
514 caminhamento, seja diagnóstico, seja um mapa de potencial, esses
515 estudos são elaborados, são aprovados pelo órgão ambiental e
516 para onde esse conhecimento científico vai? Os conhecimentos
517 científicos muitas vezes vão para o arquivo. Então a gente tem que
518 pensar para onde esse conhecimento científico... Porque nós
519 estamos discutindo muito que o estudo é ruim, mas nós temos
520 muito estudo bom, e temos muito da região como um todo, então
521 muito conhecimento científico que a gente precisa socializar isso, a
522 gente precisa passar para outras pessoas. Mas isso é uma outra
523 discussão que a gente pode fazer, tá? Era só para a gente poder
524 pensar isso também. Bom, iniciando o Processo nosso, trata do
525 Recurso Administrativo do Auto de Infração 67.937/2017, tá? Até
526 antes da reunião eu conversei com o Wesley, nosso jurídico, eu
527 falei que é um processo, não poderia ser diferente na URC, é um
528 processo que o Estado está correto e a empresa também está
529 correta no fim. E a gente vai tentar mostrar para vocês que não
530 havia outra forma, não havia outra possibilidade do Estado que não
531 fosse autuar a empresa e não havia outra possibilidade de a
532 empresa que não fosse estar efetivamente operando. Tá? Por uma
533 questão estritamente técnica que possui uma lacuna na norma à
534 época em 2013 que hoje foi consertada pelo Estado. Se fosse hoje
535 esse processo, nós não teríamos nenhum tipo de autuação e para
536 isso a gente trouxe e equipe técnica da empresa, vieram o Júnior,
537 que é o nosso Gerente de Sustentabilidade e Meio Ambiente. O
538 Wesley que é o nosso Gerente de Produção de Carvão,
539 responsável por toda a produção de carvão do Jequitinhonha,
540 lembrando, e o Wesley vai explicar isso de uma forma mais
541 detalhada, essa tecnologia desses fornos, ela é desenvolvida no
542 Jequitinhonha, não é tecnologia que foi comprada em lugar
543 nenhum, ela foi desenvolvida há anos pela empresa no Vale do
544 Jequitinhonha, que hoje (áudio não identificado) essa tecnologia,
545 ela é exportada, a empresa hoje vai para a Bahia, vai para o
546 Maranhão, vai para outros Estados, para implementar essa
547 tecnologia que foi desenvolvida no Vale do Jequitinhonha de
548 produção de carvão. E também a Vanessa que é lá da Gerência de
549 Meio Ambiente. Para a gente poder discutir sobre esse Auto de
550 Infração a gente precisa fazer um breve histórico. Em 2010, foi
551 concedida uma Licença Prévia concomitante a uma Licença de
552 Instalação e esse processo desse Auto de Infração sobre uma
553 substituição de fornos, tá? A empresa possuía Licença de

554 Operação, válida à época e precisou de fazer uma ampliação. Uma
555 ampliação da produção de 390 mil metros de carvão para 910 mil
556 metros de carvão, ou seja, ela estaria ampliando em 520 mil metros
557 de carvão a sua produção tá? Para isso, houve a necessidade de
558 uma licença ambiental posterior a Licença de Operação, vale que a
559 empresa possuía que foi concedida por essa URC em novembro de
560 2010 com ampliação de produção na unidade de Itamarandiba, o
561 Processo Administrativo COPAM foi o 5218/2005/002/2010.
562 Basicamente o quê que era essa ampliação? Era uma substituição
563 de 379 fornos rack 40. Rack 40, denominação do nosso forno,
564 depois eu vou passar para o Wesley que é o nosso gerente que vai
565 mostrar todas os detalhes técnicos. Por 84 fornos rack 700. Então
566 na unidade nossa de Itamarandiba nós temos 03 unidades de
567 produção de energia, que a primeira denominada Unidade de
568 Produção de Energia São Bento, ela tinha 127 fornos rack 40 onde
569 foram substituídos por 36 fornos rack 700. A unidade de Produção
570 de Energia Chácara, 126 fornos substituídos por 18 e UPC Cruz
571 Grande, 126 fornos rack 40 por 30 fornos rack 700. Ou seja,
572 basicamente essa ampliação, haveria uma ampliação da produção
573 da empresa sem efetivamente existir nenhuma ampliação de
574 produção de (áudio não identificado) no mesmo lugar onde se
575 funcionava os fornos. Era simplesmente desmontar os fornos
576 existentes e construir outros fornos com tecnologia muito melhor. E
577 a partir de agora, essa inclusive é a licença ambiental que foi
578 concedida à época. Então a empresa tinha uma Licença Prévia
579 concomitante uma Licença de Instalação, ou seja, ela estava
580 autorizada a promover essa mudança dos 379 fornos para os 84
581 fornos. As premissas do projeto. Substituição dos fornos rack 40
582 com capacidade de 40 estéreos de madeira por fornos rack 700 com
583 capacidade de 700 estéreos de madeira, sendo esses totalmente
584 mecanizados, otimizando a atividade. Realizar as instalações de
585 novos fornos sem ampliação das UPEs. Não promover a alteração
586 do solo, ou seja, a silvicultura estava aumentando a produção de
587 carvão, mas a floresta que eu tinha de eucalipto era a mesma. Eu
588 tinha de floresta, não precisou ter nenhuma alteração do uso do
589 solo. Não foi necessária a alteração, aumento do quantitativo de
590 floresta. Se era o suficiente na produção de carvão vegetal oriundo
591 de floresta plantada e reduzir os impactos ambientais na cadeia de
592 produção. E a partir de agora, passo para o Wesley, nosso Gerente
593 de carvão, para que ela faça a explicação e aí por fim, a gente
594 entende que com essa explicação, tendo a empresa licença para
595 instalação desses fornos, é que a gente vai tentar demonstrar para
596 os Conselheiros que não havia alternativa para o órgão ambiental

597 senão a autuação e não havia alternativa para a empresa senão a
598 construção de uma lacuna existente na norma, do qual é a
599 discussão definitivamente nesse processo.” Wesley, Representante
600 do Empreendedor: “Pessoal, boa tarde a todos os Conselheiros e a
601 todos os presentes. Então aqui a ideia que eu vou fazer uma
602 explanação de forma que vocês consigam entender um pouco aí
603 sobre o processo de produção de carvão e como que é
604 comportamento de um forno de produção de carvão. Então só para
605 contextualizar historicamente, a gente colocou aqui algumas fotos
606 com a empresa ela está na região instalada desde a década de 70,
607 nós passamos por todas essas etapas evolutivas de fornos. Então
608 na década de 70, começamos com fornos de encostas, muito
609 conhecido aí hoje no sul de Minas por causa da topografia da
610 região. Ainda na década de 70 fomos para fornos chamados hoje
611 ainda de rabo quente. Na década aí de 90, fornos circular já com
612 uma tipologia de construção um pouco diferente. Ainda na década
613 de 90, a Aperam foi uma das primeiras empresas no país a migrar
614 para um modelo de forno que trabalhava com madeira em pé, que
615 eram os três modelos anteriores para trabalhar com madeira
616 colocada na horizontal. Então aquele forno, foi o primeiro forno
617 mecanizado que a gente teve, o chamado rack 40, que como foi
618 construído com a quantidade que o Alexandre já expôs, 379 fornos,
619 a gente veio a substituir ele após a depreciação desses fornos. No
620 ano 2000 aí, entre 97 e 2000 a gente construiu um forno chamado
621 rack 110. Então essa nomenclatura dos fornos da empresa, ela diz
622 a respeito à quantos estéreos de madeira que a gente enforna dentro
623 do nosso forno. Então quando eu digo 110, são 110 estéreos.
624 Dando sequência aí a empresa evoluiu, o forno 110 para o forno
625 220, que é um forno já que ainda hoje ele está em operação, então
626 as nossas plantas hoje têm fotos em operação 220 rack 700. E o
627 forno que está em questão dentro da discussão, é a de substituição
628 dos racks 40 pelos rack 700 dentro desse histórico aí da empresa.
629 Qual que é a grande diferença, quando a gente fala em forno, que
630 em determinados locais do país? Essa tecnologia como o Alexandre
631 frisou, ela é uma tecnologia produzida e desenvolvida no Vale do
632 Jequitinhonha, ela é patenteada, vendida no nosso país para
633 diversas empresas e, é engraçado que quando a gente comenta da
634 patente, não é uma patente só da empresa, é uma patente que as
635 empresas que estão na região, elas são as únicas empresas
636 especializadas operacionalmente em construir o forno. Então a
637 Queiroz Galvão, que é uma empresa lá do Maranhão construiu esse
638 forno, ela é uma das maiores construtoras do nosso país e ela teve
639 que vir contratar um pessoal aqui do Vale do Jequitinhonha, porque

640 realmente não tinha *know-how* em construir esse tipo de
641 equipamento. Então muito importante isso aí. Mas entrando na
642 parte técnica, qual que é a grande diferença quando o Alexandre
643 pontuou a questão de já construir, efetuar a construção do forno e
644 ter que entrar com ele em operação? Este forno ele é um forno
645 construído. A única estrutura que é de concreto são os pilares
646 externos. O restante da construção do forno, ele segue padrões de
647 10.000 anos de conhecimento de carvão que é a parte de tijolo e
648 barro. Então esse forno mesmo com o tamanho, as dimensões dele,
649 é um forno que tem 26 metros de comprimento, 08 metros de
650 largura e 07 metros de altura, ele é um forno construído com tijolo e
651 barro. E aí o quê que impacta nessa construção de tijolo e barro?
652 Uma cúpula dessa ela pesa em torno de 80 toneladas. A massa
653 dessa cúpula é de 80 toneladas. Então quando a gente trabalha
654 com um forno dessa magnitude, é importante que esse tijolo ele
655 mantenha, ele esteja sempre com a unidade em um patamar
656 mínimo de um tijolo, que é por volta de 05 a 08% de umidade. Se a
657 gente constrói o forno e esse forno ele não entra em operação,
658 começa até pelo período que foi do início da construção, acontece
659 absorção pelas chuvas, pela umidade relativa do ar e a cúpula ela
660 vai aumentando o seu peso, chegando a causar fissuras e ela vir a
661 cair. Então, é um forno que ele precisa ser construído e entrar em
662 operação na sequência. Porque ele precisa de manter esses teores
663 de umidade. Também a gente trabalha sempre com esse forno,
664 trabalhando uma pressão positiva, se a gente carboniza o forno, ele
665 mantém toda a estrutura da dinâmica de carbonização, elevando a
666 temperatura, e a pressão interior dela ela fica positiva. Então se a
667 gente deixa o forno carbonizar, ele entra em uma pressão, de
668 acordo com a pressão atmosférica, e também traz isso para nós
669 com relação a queda da cúpula. Nesse caso, essa é a grande
670 contextualização do porquê da gente ter construído e
671 imediatamente entrado na operação. Foi uma quantidade muito
672 grande de fornos, 84 fornos, construídos ao longo de 02 anos,
673 então essa construção executava ao longo de 02 anos, ela era
674 ativamente, ela começou a entrar em uma quantidade de fornos,
675 gradativo aí, para que a gente fechasse nesse período, para que a
676 gente conseguisse realmente chegar no nosso patamar de
677 produção. Então outro ponto que é extremamente importante de se
678 comentar com relação a essa estrutura, se a gente chega em um
679 período chuvoso, cai a chuva na cúpula e depois a cúpula seca
680 novamente, começa a ter fissuras. Então esses fornos nossos a
681 gente tem todo o controle de temperatura, os termômetros que são
682 distribuídos por ele, para que a gente mantenha um limiar de

683 temperatura aproximando entre determinadas faixas. Então caso
684 isso fuja do controle a gente tem fissuras automaticamente a copa
685 ela cede, ela começa a deslocar, e a gente tem que desmanchar
686 essa cúpula. A gente tem um nível ali de até 10 centímetros que
687 essa cúpula ela venha a ser rebaixada, ela ainda está no limite de
688 segurança, passou desses 10 centímetros tem que desmanchar
689 todos os fornos. E o interessante é que quando a gente já fez testes
690 nessa cúpula, nessa cúpula já foram feitos testes nelas anteriores
691 para que a gente validasse quanto que essa cúpula suportaria.
692 Então antes da empresa fazer esse processo, o porquê de entrar,
693 foi feito vários protótipos dessa cúpula no piso, aonde que se a
694 gente não entrasse com o calor, com energia, realmente a cúpula
695 cedia e ela vinha a cair, a colapsar. Ok.” Júnior, Representante do
696 Empreendedor: “Gostaria de cumprimentar a todos. O Presidente
697 da sessão. Doutor Celso, a todos os Conselheiros, dessa Câmara,
698 respeito o trabalho que todos vem desenvolvendo aqui na nossa
699 região de Jequitinhonha. Eu sou Engenheiro de Segurança de
700 Informação, trabalho há mais de 20 anos na área e eu tenho
701 informação importante. Nós temos duas legislações, não é para
702 todos os presentes que a legislação brasileira, pelo menos parte
703 dela, gera interpretações diferentes, visões diferentes. Então nós
704 temos duas legislações envolvidas nesse processo. Uma que parte
705 da segurança, muitas vezes deram comissão tripartite. A outra que
706 vem da parte, do aspecto, da área ambiental e chega ali um
707 confronto de informações, a legislação de segurança fala que as
708 pessoas não podem trabalhar com risco grave e eminente, e um
709 forno desses, se ele não secar a tempo e hora, ele gera um risco
710 grave e eminente para as pessoas que estão envolvidas naquele
711 processo. Com uma cúpula daquela, de várias toneladas cair sobre
712 uma mata, sobre uma pessoa, é um transtorno. Então vem a
713 legislação de segurança falando que tem que eliminar aquele risco
714 grave e eminente uma ação necessária. E vem a legislação
715 ambiental corroborando que há um confronto de informações. Então
716 informação importante, a empresa ela se vê na condição de
717 preservar a saúde e segurança das pessoas, então uma ação
718 rápida, e intervenção tem que ser feita para que aquela cúpula não
719 coloque a saúde e segurança das pessoas em riscos. Ok” Wesley,
720 Representante do Empreendedor: “Só para finalizar, aqui são as
721 fotos dos fornos dos rack 40. Então eram fornos que tinham 3
722 metros de comprimento por 1 metro e 80 de largura. Bem diferente
723 do forno que aqui é a construção desde a base. Então o forno, a
724 gente vê aqui por cima, mas subterraneamente é 40% das obras
725 está no subsolo de forno, essa era uma tecnologia que era um forno

726 de câmara, que dá uma performance melhor. Aqui são os pilares de
727 concreto. O formato que realmente são feitos só de tijolos aí todos
728 os fornos. Aqui já as paredes do forno já no processo de receber a
729 cúpula. E aqui o forno quando ele fica pronto, com a cúpula, esse
730 aqui é o formato do forno. Então visto isso, até a curvatura da
731 cúpula, ela também oferece risco senão tiver em operação dentro
732 do tempo, como o pessoal comentou, o Júnior também frisou muito
733 bem aí, a empresa preza muito as questões de saúde e de
734 segurança, então por isso que é extremamente importante essa
735 operação do forno, essa condução, trabalhar com o forno dentro
736 dos moldes dos procedimentos operacionais que a gente tem.”
737 Alexandre Guimarães, Representante do Empreendedor: “Bom, vou
738 ser muito breve, mas eu acho que essa questão técnica para gente
739 é uma questão extremamente importante pelo seguinte, o término
740 das obras, a empresa tinha uma Licença Prévia com Licença de
741 Implantação, então ela estava autorizada pelo órgão ambiental para
742 começar a construir os seus fornos. Entretanto, existe um
743 impedimento técnico que eu não consigo construir 86 fornos e
744 aguardar uma licença, porque a medida que eu construo o primeiro
745 forno, no segundo e no terceiro, a copa do primeiro já caiu. A gente
746 precisa carbonizar isso, senão a copa cai. Então eu não
747 conseguia... Eu não consigo. Eu poderia construir o primeiro, o
748 segundo, o terceiro, o quarto. Não sei. Talvez, no quinto a copa do
749 primeiro já caiu. E eu nunca terminaria os 86. E se eu construísse
750 um forno e carbonizasse, ao invés de pedir a Licença de Operação,
751 também não seria concedida, por quê? Porque primeiro que eu
752 carbonizei, segundo, que eu não implantei os 86. Então não instalei
753 o empreendimento. A minha licença me autorizava a instalar os 86
754 fornos. Essa licença foi concedida em 2010, o término das obras de
755 ampliação foi em julho de 2012, em agosto de 2012 a empresa
756 iniciou o processo de obtenção da LO que foi a obtenção do FCE e
757 do FOBI, em setembro de 12 ela formalizou o processo de Licença
758 de Operação. Existia um cronograma que nós tivemos que
759 apresentar para o órgão ambiental, um cronograma da construção
760 desses fornos, e ainda na vistoria da SUPRAM, a SUPRAM era um
761 processo de Licença de Operação, percebeu que os fornos estavam
762 em funcionamento e não ampliando. Ele diz tanto que não foi
763 ampliação acima, os fornos estavam funcionando, não na
764 capacidade de 910, mas na capacidade de 320 ainda. Por isso que
765 a autuação foi: ‘Operar atividade de produção de carvão oriunda de
766 florestada plantada sem a respectiva licença de operação, não
767 constatada a existência de degradação ambiental e poluição
768 ambiental.’ Essa foi a autuação. Não tinha como a empresa terminar

769 o seu projeto sem carbonizar. Era uma lacuna, mais um minuto
770 senhor presidente? Estou finalizando, finalizando, o último slide.”
771 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Como são 04 pelo regimento
772 cada um tem 01 minuto para poder falar. Então nós vamos
773 reconhecer 04 minutos.” Alexandre Guimarães, Representante do
774 Empreendedor: “04, ok. Então voltando, sendo talvez até bastante
775 repetitivo mas é importante essas datas. A concessão de licença da
776 LP/LI, ou seja, a empresa estava autorizada a construir os seus
777 fornos foi em 2010. No início do processo de obtenção melhor foi
778 em agosto de 2012. A lavratura do Auto de Infração foi em 2013.
779 Bom, espera aí, a empresa já implantou, ela tinha uma licença,
780 sabia que não conseguia implantar, o órgão ambiental concedeu
781 uma Licença de Instalação, sabendo que tecnicamente é de
782 impossível implantação, porque você não consegue construir esse
783 forno sem que você carbonize, ou seja, você coloque ele em
784 operação. Não é ampliação. Mas por que disso? Porque a DN
785 COPAM 74/2004, ela vedava a concomitância da Licença de
786 Instalação e Operação. Não existia essa possibilidade. É a mesma
787 coisa de uma estrada, Conselheiros, você vai construir uma
788 estrada, qual o momento que eu estou implantando uma estrada e
789 qual o momento e eu estou operando? A gente não constrói estrada
790 e ela fica parada. Aí pega Licença de Operação, aí começa a
791 passar carro, não é assim que funciona. Por exemplo, Conselheiro
792 da Emater, Wagner, qual o momento que eu planto a cana de
793 açúcar, o milho e qual o momento que eu estou operando? A partir
794 do momento que eu plantei, silvicultura. Qual o momento que eu
795 plantei o meu clone e a partir de quando eu estou operando? Você
796 não planta o clone e fica parado. ‘Não, vai ficar lá só o clone, vou
797 esperar a Licença de Operação’. E por quê? Essa era a lacuna que
798 existia na DN 74. Não tem como eu construir uma estrada, e a
799 estrada fica paralisada. Você faz o quê? Quando você faz a
800 construção da estrada ou um melhoramento, não é isso? Você, é
801 isso que a gente vê pelo menos, coloca para um lado, a gente mexe
802 em uma faixa, depois coloca na outra faixa. Pelo menos é assim
803 que a gente está vendo a duplicação da 389, muito importante para
804 o Governo. E isso, a possibilidade da concomitância da Licença de
805 Instalação com a Licença de Operação, veio a correção em 24 de
806 janeiro de 2017. O órgão ambiental entendeu que existia um
807 problema sério nesses empreendimentos que tem que instalar e
808 operar concomitante, no Decreto 47.137/2017 que alterou o Decreto
809 44.844/2008 trouxe a inovação do artigo 9º, que é: ‘A SEMAD e o
810 COPAM, no exercício de suas competências, poderão expedir as
811 seguintes licenças: parágrafo 3º, LI e LO poderão ser concedidas

812 concomitantemente quando a instalação implicar na alteração do
813 empreendimento.' Se fosse hoje a empresa não seria autuada. Se
814 fosse hoje, a empresa não seria autuada. Ela teria uma Licença
815 Prévia e uma Licença de Instalação e Operação concomitante. Mas
816 só a partir de 24 de janeiro de 2017, que foi possível que isso
817 acontecesse, que a DN-COPAM 74 só autorizava Licença Prévia
818 concomitante com Licença de Instalação. Era impossível a Licença
819 de Instalação concomitante a Licença de Operação. Por isso que eu
820 falei no início que não existia outra alternativa para o órgão
821 ambiental, e aí eu estou falando alternativa de ofício, de função, de
822 em uma vistoria de Licença de Operação verificar que os fornos
823 estavam em funcionamento, mas não razão da lavratura do Auto de
824 Infração. Mas também não existia alternativa técnica, muito menos
825 alternativa dentro da norma, que a empresa implantasse o seu
826 empreendimento sem que a medida que ele fosse implantando, ela
827 fosse carbonizando os fornos. Não era ampliação, era para o forno
828 por questões de segurança e até mesmo estruturais, porque não
829 tem estrutura por dentro do forno, você não conseguiria finalizar.
830 Então é isso que a empresa vem pedir para os Senhores
831 Conselheiros, o nosso pedido é que essa hoje, a empresa não seria
832 autuada, que houve essa lacuna na nova regra, e a gente vem pedir
833 hoje. A SUPRAM está correta, ela não tinha outra alternativa. E a
834 empresa também não tinha nenhuma alternativa, para ela que
835 conseguir implantar, ela ia colocar um forno e não ia ter terminado
836 os outros 85. e no 4º ou 5º ia caindo. Então esse Conselho serve
837 justamente para isso, para poder fazer esse controle dessa
838 atividade. É isso que a gente vem pedir. Muito obrigado Senhor
839 Presidente." Presidente Clésio Cândido Amaral: "Algum Conselheiro
840 quer se manifestar?" Conselheiro Alex Mendes Santos: "Eu queria
841 entender duas coisas, uma é eu entendi que forno precisa desse
842 processo de queima para se manter. Então isso ficou claro para
843 mim. Aí uma pergunta é: ele precisaria estar operando até à época
844 quando ele começou? Pelo que eu percebi fez o forno, fez a queima
845 e ele continuou queimando até o dia que foi feito o licenciamento.
846 Eu queria saber o seguinte, era necessária essa queima contínua
847 nesses 02 anos, pelo que parece ali ou você poderia queimar, feito
848 a queima, estabilizado o processo para ele não cair, e essa
849 continuidade. Porque eu vejo esses fornos comuns aí, a gente vê
850 andando, caminhando, a gente se depara com esses fornos, esses
851 modelos que vocês mostraram e eles vão operando aí, anos e
852 anos, ficam parados, depois continuam. Então essa é essa questão
853 técnica que eu gostaria que fosse esclarecida para mim, se eu
854 poderia construir em 2010, eu conseguiria construir, fazer uma

855 queima para estabilização e aguentar até 2014 e 15 quando for
856 licenciado ou se eu teria que fazer queima contínua? O que me
857 parece é que foi feita essa queima contínua a partir do momento
858 que eles foram construídos.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só
859 um minutinho. Deixa todo mundo fazer as perguntas depois a gente
860 passa para o direito de resposta.” Conselheiro Guilherme Coelho
861 Neves: “Primeiro eu gostaria de saber da equipe da SUPRAM se
862 existe e se existe demais condicionantes da implantação das duas
863 licenças que foram concedidas, se as demais foram todas
864 cumpridas? E segundo eu queria também questionar e para
865 construir um raciocínio de entendimento, se esses novos fornos
866 foram instalados, pelo que eu entendi, no mesmo espaço físico tem
867 que estar aos demais. E aí eu entendo que ainda que possível
868 construir, carbonizar e deixar parado até que se terminasse a
869 implantação do projeto todo, a gente estaria colocando em dúvida,
870 talvez, uma interrupção da atividade. Em termos de
871 empreendimento realmente é algo que inviabilize, gerando inclusive
872 questões de talvez demissões e etc.” Conselheiro Alex Mendes
873 Santos: “Eu queria escutar os dois, na resposta os dois lados.”
874 Conselheiro Talles Guedes de Matos: “Boa tarde a todos. Na
875 verdade, eu achei superinteressante toda a tecnologia que é
876 aplicada e tal. Mas só uma coisa que não me ficou claro. É uma
877 tecnologia que vocês desenvolveram, mas na época que vocês
878 resolveram fazer essa implantação, vocês já tinham em mente que
879 não seria possível cumprir com a legislação da época e mesmo
880 assim vocês colocaram e arriscaram, de repente, ficar com a
881 empresa parada? Como é que foi isso realmente?” Conselheiro
882 Emerson dos Santos Cordeiro: “Só fazer uma colocação já que
883 citou aqui a construção de rodovias e se dirigiu a mim, construção
884 de rodovias tem diversos aspectos técnicos que cada
885 empreendimento vai ter uma solução técnica específica. Alguns vão
886 trabalhar e operar concomitante e outras não, depende do projeto.
887 Da mesma forma imagino que o departamento de engenharia que
888 projetar os fornos, também pode projetar de maneira adequada.
889 Obrigado.” Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Quando a gente
890 fala que tem muita coisa errada, isso parece bastante, por exemplo,
891 é a prioridade do nosso agente financeiro, do nosso governo (áudio
892 não identificado). Então você chega no Banco do Brasil com a
893 proposta de perfurar um poço tubular, aí o gerente só financia se
894 tiver outorga. ‘Doutor, mas não tem água ainda. O IGAM só fornece
895 a outorga se tiver água.’ Pois bem, então a SUPRAM pelo bom
896 senso resolveu dar autorização para perfurar o poço. Aí achou
897 água. Agora entra com processo no IGAM para poder fazer a

898 outorga. Tem processo que está ficando 02 anos, 03 anos e aí a
899 pessoa acaba usando, sendo irregular. Pessoal é o seguinte, na
900 época a gente estava nessa lotação, foi um momento que houve,
901 inclusive teve muita discussão o seguinte, a Arcelor começou a
902 produzir essa quantidade de carvão, na base manual como era,
903 como ficaria com a parte trabalhista, com a parte do Ministério do
904 Trabalho? Que está totalmente, né, você calcula homens
905 produzindo essa quantidade de carvão, o que era normal nesses
906 fornos mais velhos aí. Então isso agora é o seguinte, é como
907 Alexandre falou, a empresa está errada, o Estado está certo. A
908 empresa também acabou ficando certo, como está tendo essas
909 delações premiadas aí hoje, a pessoa dana a mentir, e acaba sendo
910 substituída a sua pena. Eu acho que tem que chegar em um bom
911 senso aí, nem a empresa pagar a multa, nem o Estado também
912 ficar sem receber nada e talvez algumas entidades como Alex falou,
913 mesmo a Universidade, receber algum apoio, ver o que quê a
914 empresa pode fazer em prol da região, em prol do meio ambiente.
915 Essa é a minha opinião.” Conselheira Silvana Regina Paslauski:
916 “Fazendo análise cronológica da situação toda que está colocada, a
917 concessão da LP/LI em 2010 a DN-7404, na época não permitia
918 concomitância das Licenças de Instalação e de Operação, veio o
919 Decreto 47.137/2017, permitindo então a concomitância. Só que
920 dentro do pedido que vocês formularam, estão pedindo para a
921 gente retroagir a lei? Qual que é o pedido de fato que vocês estão
922 fazendo? Outra situação, se vocês iniciaram a instalação dos fornos
923 efetivamente e vocês se depararam foi no momento que vocês
924 estavam idealizando a obra, estavam construindo, que não poderia
925 não abrir outra porta senão ligar os fornos e instalar? Ficou uma
926 lacuna com relação a isso. E se vocês estavam operando desde,
927 quando que foi efetivamente que vocês terminaram a instalação
928 desses fornos, qual foi a data? Eu gostaria de saber, porque a
929 princípio o seguinte, se vocês iniciaram o pedido para a LO em
930 2012, qual foi a data que vocês iniciaram então a edificação desses
931 fornos e a operar ou até mesmo, como a minha colega aqui notou
932 essa lacuna que ficou entre esses dois momentos, como é que
933 vocês começaram a queimar os fornos para que eles não viessem a
934 ruir ou não trazer nenhum dano maior à situação? E observei
935 também que dentro, dentro do início do processo da obtenção da
936 LO, que foi agosto de 2012, até o Auto de Infração, até 2013, vocês
937 receberam a autuação, transcorreu em um ano. Não teve nesse
938 meio tempo como o órgão ambiental analisar a questão da LO?
939 Ficou um ano praticamente com essa situação em aberto? Então aí,
940 pode, vocês começaram a operação que eu consigo observar,

941 vocês começaram a operação dentro daquilo que não era permitido,
942 porque a legislação não permitia, mas vocês tinham a urgência com
943 relação a edificação dos fornos e começar a queimar, só que nesse
944 meio tempo, o órgão ambiental não analisou a LO, não concluiu
945 pelo menos, não sei se tem mais alguma informação para dar a
946 respeito disso, não concluiu a LO e nesse meio tempo então vocês
947 foram autuados.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só esclarecer
948 quanto a essa questão. À época a LP + LI e depois o pedido de LO.
949 O órgão ambiental só vai analisar o pedido de LO depois da
950 completa instalação. Terminando a instalação, e não é
951 imediatamente, infelizmente a estrutura do órgão ambiental, ela não
952 vai sair imediatamente, você protocolou em uma data e no outro dia
953 os técnicos vão lá fazer a vistoria da Licença de Operação para
954 expedir. Então, ele recebeu a licença em 2010 para LP + LI, ele
955 terminou de instalar, se não me engano, em 2012. 2012 quando foi
956 formalizado o pedido de LO.” Não se identificou: “Antes.” Presidente
957 Clésio Cândido Amaral: “Um pouquinho antes de 2012. Então
958 depois que ele finalizou a implantação que ele pode entrar com o
959 pedido junto ao órgão ambiental para obter a Licença de Operação.
960 Antes disso não existe essa possibilidade. Hoje, realmente a
961 legislação resolveu essa lacuna. Hoje para as atividades onde a
962 instalação se confunde com a operação, e aí tem inúmeras
963 atividades, a agrosilvopastoril, barragens, pontes, estradas, você
964 entra com pedido de LP + LI e LO ou LI + LO concomitante. Então
965 hoje isso é possível.” Conselheira Silvana Regina Paslauski: “Dada
966 a natureza do empreendimento.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
967 “É. Agora à época não existia. Era LP + LI, depois de finalizada a LI,
968 ou seja, a instalação de todo o empreendimento é que o
969 empreendedor tem que protocolar junto a SUPRAM o pedido de LO
970 e aí infelizmente o órgão ambiental não vai no outro dia fazer essa
971 vistoria para liberação.” Conselheira Silvana Regina Paslauski: “Mas
972 transcorreu 01 ano?” Presidente Clésio Cândido Amaral:
973 “Transcorreu 01 ano. Transcorreu 01 ano.” Conselheira Silvana
974 Regina Paslauski: “Eu entendo perfeitamente.” Presidente Clésio
975 Cândido Amaral: “Foi quando a vistoria aconteceu.” Conselheira
976 Silvana Regina Paslauski: “Transcorreu 01 ano?” Presidente Clésio
977 Cândido Amaral: “É. Foi quando a vistoria aconteceu. A vistoria
978 aconteceu 01 ano depois do protocolo de pedido de Licença de
979 Operação. A outra eu vou só deixar o Wesley responder. Não, só
980 responder com a questão das condicionantes do empreendimento
981 que foi perguntado.” Wesley, da Supram/JEQ: “Respondendo à
982 pergunta do Conselheiro Guilherme, quanto a análise da Licença de
983 Operação, ela se faz basicamente a análise primeiro das

984 condicionantes das fases anteriores, LP/LI. Nesse caso específico
985 da empresa houve o cumprimento de todas as condicionantes. É de
986 fato, como foi bem explicado aqui pelo Presidente Clésio, da data
987 que eles de fato entraram com o pedido de Licença de Operação
988 até a data em que foi feita a vistoria para verificar até mesmo o
989 cumprimento das condicionantes das fases anteriores, se de fato já
990 estaria instalado todos os fornos, a ótica é essa com base na
991 legislação vigente. É LP + LI, instalação do quê? Dos fornos. Então
992 se parte do pressuposto que só após a instalação definitiva de
993 todos os fornos que foram declarados que seriam instalados, se dá
994 início ao processo de Licença de Operação. E nesse sentido, a
995 lógica, só complementando aqui, seria isso: olha, se fosse possível,
996 igual você estava falando, tecnicamente e juridicamente falando na
997 época, olha, você instala primeiro os 86 fornos, só depois da
998 Licença de Operação que você, em tese, poderia iniciar a
999 carbonização. A lógica do licenciamento trifásico é esse dessas
1000 fases. Mas por uma questão técnica, quando da lavratura da
1001 discussão da Licença de Operação que foi levada essa questão
1002 pela empresa dessa necessidade de ser concomitantemente a
1003 instalação, também, você proceder com a operação, com a queima
1004 da madeira ali, mas enfim, à época não existia de fato essa
1005 previsão que só veio de fato ocorrer com concomitância da Licença
1006 de Instalação com Licença de Operação. De fato, várias das
1007 atividades agrosilvopastoril, a instalação se confunde com a
1008 operação, mas à época não existia uma legislação que se amoldava
1009 a essa situação específica do empreendimento em questão.”
1010 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só complementando uma outra
1011 coisa aqui, o pedido aqui em análise não é retroagir a legislação. O
1012 pedido aqui é ou se aplica a multa. Concorde com a aplicação da
1013 multa que a SUPRAM fez ou não se aplica a multa. Esse é que o
1014 pedido aqui. O julgamento que nós estamos dando, nós não
1015 estamos julgando, até porque essa legislação ela não retroage. É
1016 só a partir de janeiro de 2017. Ou, os Conselheiros, entendem toda
1017 a situação e optam por manter a multa ou optam pela não aplicação
1018 da multa.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Realmente,
1019 aqui a gente vai estar adiante de um paradoxo em relação a
1020 instalação e operação. Uma coisa, isso na verdade poderia ter sido
1021 considerado como teste de instalação. E ter sido especificado no
1022 pedido de instalação ‘Olha, eu vou fazer a instalação de não sei
1023 quantos fornos, mas eu preciso ligar antes.’, entendeu? O processo,
1024 isso que eu queria saber, se isso foi definido no processo. Quando
1025 você foi pedir a instalação, você podia falar assim ‘Olha, eu vou
1026 instalar 90, mas eu vou ter que ligar eles durante, senão ele vai.’

1027 Agora, uma outra questão aqui é o paradoxo, no momento que você
1028 liga os fornos e começa a queimar e botar carvão lá dentro, esse
1029 carvão queimado vai ter que ser usado, então a verdade o carvão
1030 saiu de lá nesse tempo, foi para a Belgo para virar siderúrgica,
1031 entendeu? São dois pontos que eu quero colocar. A partir do
1032 momento que ela ligou os fornos, os fornos vão ter que comer o
1033 carvão gente, o carvão vai ter que ser usado. Vai jogar o carvão
1034 fora? Você não vai, entendeu? É outro paradoxo. No momento que
1035 vai, começou a produzir carvão, ele vai levar esse carvão para a
1036 Belgo, vai para a siderúrgica, que é energia. Entendeu? Tem que
1037 funcionar, mas tem que sair energia desse país hoje em dia, não
1038 pode. Então a gente está diante de um problema paradoxal. Agora,
1039 uma outra questão é a questão que todo mundo queria saber,
1040 quanto é que é a multa. Tá? Muito obrigada, era isso que eu queria
1041 falar.” Wesley, da Supram/JEQ: “Pelo mérito, a gente está tendo a
1042 discussão aqui agora é pela própria certificação da empresa que
1043 não seria um teste. Porque de fato, você não tem como. Ficou bem
1044 claro, na época também a equipe fez essa discussão de teste,
1045 porque nós podemos citar aqui o caso, com testes o caso específico
1046 da Anglo American, que foi questão do teste do mineroduto, então
1047 foi feito um comunicado, foi feito uma metodologia, foi um prazo,
1048 então aí sim é um teste. Fez o teste ‘Olha, o equipamento está ok,
1049 está balanceado’. Pela própria explicação da empresa isso na
1050 situação deles não seria possível. Então também entendemos como
1051 não seria um teste. O valor da multa é de 14 mil reais com
1052 atenuantes. 14 mil reais.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1053 “Vamos só esperar. Responder em bloco as perguntas que foram
1054 feitas.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Eu queria só colocar
1055 Presidente, acho que o valor da multa também não seja apesar de
1056 não ser relevante talvez financeiramente pelo porte da empresa,
1057 mas o que estamos aqui para avaliar não é valor de multa. Isso a
1058 legislação é que prevê se ele é justo ou injusto, não cabe a nós. Eu
1059 acho que isso é importante. E eu acho que deve ser um sentimento
1060 até coletivo talvez, independente de questões políticas, partidárias e
1061 etc, talvez seja uma percepção como a gente tem no Brasil, não só
1062 no Estado de Minas Gerais, situações em que as legislações não
1063 preveem e causam esse tipo de situação. E o meu entendimento é
1064 que o Estado em si percebeu a gravíssima falha que havia
1065 comprovando, e como sempre em uma morosidade tremenda,
1066 certo? Fazendo uma correção a partir de 2017, concordo com o
1067 entendimento que lei não pode retroagir em prejuízo, mas eu creio
1068 que aquilo que ela corrige algo que a legislação deixava de tratar,
1069 era omissa talvez deva ser considerado, porque o próprio Estado, a

1070 gente sabe que essas legislações ambientais, lógico que elas são
1071 legisladas pelo Poder Legislativo e quando é em âmbito estadual,
1072 deferidas pelo Governador, mas a gente sabe que elas nascem
1073 dentro da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Dificilmente você
1074 tem um Deputado que vai levar um texto desse pronto. Como a
1075 gente sabe que juristas fizeram, por exemplo, a nova redação da lei
1076 trabalhista, da Reforma Trabalhista. Então assim, eu penso, e isso
1077 até de forma antecipada, talvez expondo o meu posicionamento,
1078 que o próprio Estado, enquanto legislador e etc, ele entendeu que
1079 havia uma questão de omissão na legislação e corrigiu, que
1080 realmente é impossível, dependendo do tamanho do
1081 empreendimento, que você conclua a implantação para que depois
1082 buscar a operação.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só
1083 esclarecendo Conselheiro, a legislação ela é de 2004, DN 74/2004.
1084 Essa correção só foi feita em 2017. Tá? 13 anos. Vamos esperar a
1085 empresa para tecer os comentários e as respostas aos
1086 questionamentos.” Alexandre Guimarães, Representante do
1087 Empreendedor: “Só queria fazer uma, a gente, começar da última
1088 pergunta para a primeira. A questão do valor da multa efetivamente
1089 tem um valor pecuniário, para o porte da empresa não tenha tanto,
1090 mas a empresa ela sempre se pautou por padrões e ela entende
1091 quando está correta, quando existia uma lacuna para a norma e
1092 isso foi muito discutido aqui, ela tem que buscar efetivamente, até
1093 mesmo para dar uma satisfação vocês como Conselheiros que
1094 várias vezes nós viemos aqui para buscar Licenças de Operação,
1095 Unificações, Ampliações e estamos hoje com um Auto de Infração
1096 na pauta. Mais do que importante é dar esse retorno para a URC,
1097 porque todas as nossas licenças foram obtidas aqui junto a URC
1098 Jequitinhonha, tá? O nosso pedido não é para a norma retroagir. E
1099 talvez eu tenha, a gente tenha focado muito nessa questão técnica
1100 e tenha esquecido de mencionar e deixar bem claro para os
1101 conselheiros, que essa licença ela é uma Licença de Ampliação.
1102 Então a empresa ela tinha uma Licença de Operação de 2006, que
1103 autorizava que ela produzisse 320 mil metros de carvão. E os 320
1104 mil metros de carvão continuaram sendo produzidos. Então o
1105 carvão que foi produzido nesses fornos, eles estavam acobertados
1106 por uma licença ambiental anterior. Existia uma Licença de
1107 Operação para 320 mil, a ampliação se daria com os fornos na sua
1108 capacidade máxima. Então a carbonização, aquele carvão que
1109 estava saindo daqueles fornos, eles estavam acobertados nos 320
1110 mil que estavam autorizados anteriormente. Aqui foi uma
1111 substituição e aí não teria como também a empresa manter os 379
1112 fornos e colocar os outros 84, em outro site, por exemplo, ou fora,

1113 porque houve uma mudança principalmente de alvenaria, você
1114 retira ali tijolo basicamente, tijolo, barro, muito desse material que
1115 foi utilizado para reconstrução de estradas e acesso e naquele
1116 mesmo lugar se constrói um outro forno. Então, todo aquele carvão,
1117 ele foi efetivamente para a usina e todo ele estava acobertado uma
1118 licença anterior. Então isso daqui é uma Licença de Ampliação de
1119 produção com substituição dos fornos e respondendo à pergunta do
1120 senhor, Senhor Conselheiro, isso é uma substituição de tecnologia
1121 que viria a ter um ganho ambiental muito grande, eu vou passar
1122 para o Wesley, o Wesley está passando, dando maiores
1123 informações técnicas, informações técnicas que foram solicitadas.
1124 Então o nosso pedido aqui é efetivamente a análise da precedência
1125 à época da impossibilidade da empresa agir de forma diferenciada,
1126 porque não tinha como e a legislação não tinha uma lacuna que
1127 hoje ela abriga. Então à época essa licença aqui, a discussão inicial
1128 não é porque a empresa estava operando e eram fornos novos. A
1129 empresa tinha autorização para operar 320 mil, seja nos fornos rack
1130 40, não nos fornos 700 era uma substituição e aí sim, essa
1131 ampliação se daria após a Licença de Operação e como já foi
1132 evidenciado aqui, restou impossível que a gente construísse os 84
1133 fornos para depois começar. E respondendo à pergunta da Doutora
1134 Silvana, o protocolo da licença, o pedido de licença foi no mês
1135 subsequente a construção de todos os 84 fornos. Eu estou com
1136 essa data, mas eu posso, se ela não estiver aqui na apresentação
1137 eu posso repassar para (áudio não identificado) ali. 21/12 término
1138 das obras, julho de 2012. Em julho de 2012 terminaram as obras.
1139 Em 21/09 foi formalizado o processo. Em agosto foi obtida a FCE,
1140 FOBI. E em setembro foi formalizado o processo de novo. Tá?
1141 Muito obrigado.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Esperar ele
1142 responder todas as questões, depois a gente volta aos
1143 Conselheiros.” Wesley, Representante do Empreendedor: “Então
1144 respondendo ao Conselheiro, o forno ele não pode parar porque
1145 quando a gente dá a primeira ignição, que vem dando um processo
1146 de cura e depois ele, se você parar ele vai absorver a umidade do
1147 ar, e vai observar a umidade das chuvas e automaticamente vai
1148 correr o mesmo risco que seria do risco inicial. Então esse que é o
1149 processo que tinha que ser contínuo esse processo. É um pouco
1150 diferente dentro do que o próprio Senhor Conselheiro colocou, dos
1151 fornos menores que é forno rabo quente, o peso da cúpula é
1152 diferente. Então você tem todo um sistema estrutural, a dinâmica de
1153 estrutura bem diferente de um forno pequeno. Como eu disse
1154 aquela cúpula, quando ela está curada, seca, ela pesa 800
1155 toneladas, ela chega a ganhar até a 15 a 16 toneladas no período

1156 chuvoso. Então por isso que a gente precisa realmente garantir
1157 essa continuidade. O Conselheiro também colocou a questão sobre
1158 se a empresa já conhecia esse problema com relação a cúpula, o
1159 Alexandre até já colocou. A gente conhecia os problemas da cúpula
1160 e, como o Alexandre frisou aqui, a gente entendia que produzindo
1161 as 320 mil, que era o que já era licenciado, que a gente tinha
1162 Licença de Operação, a gente estava cumprindo com a norma e só
1163 após a gente receber a licença total que a gente ampliaria. Então a
1164 gente entendia que trabalhávamos nesse período em uma faixa de
1165 produção menor do que a gente trabalha, com a capacidade total de
1166 produção, então a gente trabalhou durante um período com a
1167 capacidade menor de produção.” Júnior, Representante do
1168 Empreendedor: “A primeira coisa, eu gostaria de fazer uma
1169 colocação com relação a legislação. Nós temos hoje uma
1170 necessidade vista em todos os ângulos, em todos os setores de
1171 atualização da legislação. Vamos pegar aqui, por exemplo, o caso
1172 do Uber, o caso da internet, teve um marco da internet. A legislação
1173 foi alterada quanto tempo depois que eles já estavam em
1174 funcionamento? Por quê? Quando é suscitada a inovação, a gente
1175 ouviu que tem um déficit aqui na questão da educação, e ao mesmo
1176 tempo a inovação tem, ou seja, em uma velocidade muito maior do
1177 que a legislação brasileira. Ou seja, a legislação tem que se
1178 adequar no caso, porque tinha uma lacuna e ela precisava ser
1179 preenchida e esclarecida. Então da mesma forma, a legislação ela
1180 viu, enxergou essa necessidade ambiental e fez essa atualização,
1181 ou seja, considerando agora que tem situações de inovação que
1182 precisam ocorrer concomitantemente as duas fases do processo.
1183 Uma outra coisa, nós tínhamos na época lá em Itamarandiba 700
1184 trabalhadores que equivale a 700 famílias. Como é que a gente
1185 paga uma unidade dessa, 01 ano, 02 anos, sei lá quanto tempo que
1186 for, porque a gente não tem o controle dos prazos. E o quê que nós
1187 vamos fazer com essas famílias? Aí por outro lado vem a
1188 fiscalização do Ministério do Trabalho que fala ‘Olha, você não pode
1189 colocar pessoas sujeitas a risco grave e iminente. Você tem que ter
1190 ações, e nós tínhamos que apresentar ações para que esse novo
1191 equipamento seu esteja dentro, ou seja, esteja seguro de forma
1192 sustentável para que as pessoas possam trabalhar de forma segura
1193 e saudável.’ Então são dois pontos que eu gostaria de colocar.
1194 Exatamente. Então hoje todo processo nosso é 100% mecanizado.
1195 Ok?” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Só para esclarecer, eu só
1196 queria perguntar: os Conselheiros que fizeram os questionamentos
1197 anteriores, foram respondidas todas as perguntas? Tá. Temos mais
1198 algumas colocações para serem feitas. Começar com meu

1199 Conselheiro, depois a senhora, depois você e você.” Conselheiro
1200 Wagner Vicente Rodrigues de Almeida: “Eu gostaria de fazer duas
1201 perguntas, a primeira é a seguinte, o Auto de Infração foi em 2013,
1202 não é? Qual que era o prazo que eles tinham para fazer o
1203 pagamento desse Auto de Infração? Essa é a primeira pergunta. A
1204 segunda pergunta é o seguinte, vai depender, essa segunda
1205 questão vai dependendo da resposta desse primeiro
1206 questionamento. Se antes tinha um prazo curto ou inferior a 2017,
1207 eu tenho uma sugestão que é a seguinte, eu não considero, até
1208 porque foi falado, o valor para uma empresa 14 mil é irrisório. A
1209 gente abonar isso, e falar que essa multa, esse processo, no caso
1210 dessa lei nova que existe, vamos dizer que sim, eu não concordo.
1211 Eu acho que a gente poderia pensar estender em recurso e passar
1212 isso para uma entidade que precisasse, sabe? Nós temos, por
1213 exemplo, em Diamantina o Lar das Meninas, em Itamarandiba uma
1214 ONG, uma entidade como se fosse uma condicionante, então pega
1215 esse recurso, passa, livra eles desse Auto de Infração, mas
1216 cumprindo dessa forma, até porque eu acho que essa é uma
1217 maneira mais interessante, porque senão há quantos anos? 04
1218 anos que já tem esse Auto de Infração e até hoje a empresa (áudio
1219 não identificado), se não tivesse essa nova resolução, não é?”
1220 Conselheira Silvana Regina Paslauski: “Depois que as fundações
1221 foram dadas, faço a seguinte observação, no Auto de Infração
1222 afirma que estava em discordância com a legislação por óbvio, mas
1223 não teve nenhum problema de ordem ambiental não é mesmo?
1224 Outro elemento que eu observei foi o seguinte, se ele já estava
1225 operando com a LO, não é? Já tinha uma LO, estava fazendo
1226 edificação para aumentar a produção em si. Lógico, vocês
1227 receberam, ganharam dinheiro com relação a isso. Isso não pode
1228 ser descuidado e talvez esses fatores (áudio não identificado) sejam
1229 valores simplesmente simbólicos. Mas tem que ser levado em
1230 consideração que a LO já existia, eles possuíam a LO. Não sei nem
1231 se caberia um Auto de Infração naquele momento, se eles estavam
1232 operando com a LO, eles estavam ampliando, existe uma análise
1233 técnica que precisava fazer funcionar. Só que a gente sabe que se
1234 estenda por mais tempo até transcorrer a verificação, que foi
1235 lavrado o Auto de Infração. Mas naquele momento eu não sei nem
1236 se caberia um Auto de Infração, porque existia uma LO. Existia uma
1237 LO, Licença de Operação. Só que não sobre esses fornos, sobre
1238 outros fornos efetivamente. Aí que surgiu a dúvida, se for fazer a
1239 análise técnica e a análise jurídica, dentro da edificação, dentro da
1240 base técnica para edificação e ter que funcionar os equipamentos,
1241 até esperar a concessão da LO, teria um prejuízo maior ainda em

1242 perda de material. Só que também tem a impressão que não tem
1243 culpa o Conselho também, nem a SUPRAM tinha culpa, porque
1244 afinal de contas a legislação que era vigente afirmava que depois
1245 da edificação finalizada, a partir da concessão da LP/LI é que
1246 poderia custar a Licença de Operação. E que veio uma correção
1247 posterior. Só que daí a minha dúvida é que se de fato teria que ter
1248 lavrado esse Auto de Infração ou a equipe técnica que estava
1249 analisando teria que somente ter dado uma advertência ou solicitar
1250 ou envidar esforços para que a coisa pudesse ser agilizada. Não
1251 vejo nem como infração, naquele momento lá não havia nenhuma
1252 infração. Se for considerar que o procedimento para edificação dos
1253 fornos, tinha uma característica específica. Lógico que a legislação
1254 que estava afirmando que somente poderia pedir a LO depois
1255 dessa edificação. Mas as coisas foram acontecendo e vocês não
1256 deixaram de ganhar dinheiro em cima disso, também porque foi
1257 queimada a madeira e foi vendida, certamente foi comercializada
1258 (áudio não identificado) legal que já existia. Então não sei nem se
1259 caberia Auto de Infração. Eu queria ouvir o parecer jurídico, daqui a
1260 pouco nós formos votar e dizer 'Não. Não tem esse Auto de
1261 Infração.' Não tem esse Auto de Infração, qual é o fato legal que
1262 nós vamos ter com relação a isso?" Presidente Clésio Cândido
1263 Amaral: "Wesley, tenta responder esses dois questionamentos,
1264 porque depois acaba se perdendo." Wesley, da Supram/JEQ:
1265 "Nesse momento, Conselheiro Wagner, o prazo que a empresa tem,
1266 ele tem um prazo de 20 dias para exercer o direito dele de defesa
1267 ou ele não exercendo o direito de defesa pagar a autuação. E
1268 também pode optar em não pagar, não recorrer, e aí a cobrança se
1269 dará em inscrição em dívida ativa e execução fiscal e tudo o mais. A
1270 empresa no momento ela optou por recorrer, uma vez que o recurso
1271 da defesa administrativa é suspensa a titularidade do pagamento
1272 imediato da multa. Infelizmente essa proposta que você deu, eu não
1273 vejo ilegalidade quanto a conversão, instituição. Hoje se a empresa
1274 quisesse fazer uma opção prevalecendo a autuação, é a assinatura
1275 de um Termo de Ajustamento de Conduta, 50% desse valor, caso
1276 prevaleça corrigido, será aplicado em questão no âmbito ambiental,
1277 que possa ter questão de melhoras na questão da fiscalização, na
1278 questão de estrutura e tudo. Isso aí poderia ser feito. Poderia ser,
1279 se os projetos da gente, se Deus quiser a gente vai implementar
1280 essa questão lá da URC do Norte de Minas." Conselheira Silvana
1281 Regina Paslauski: "Eu acho que tem que aplicar na questão
1282 ambiental. Na questão social, outro elemento que é questão do
1283 Estado que vai organizar isso de outra forma." Wesley, da
1284 Supram/JEQ: "Sim. Agora em relação a pergunta da Silvana, se

1285 poderia ter sido aplicado uma advertência ou sequer teria sido
1286 necessário a aplicação de uma penalidade, porque segundo eles já
1287 operavam com uma LO, dentro do limite daquela LO. Primeiro
1288 questão pela tipificação que foi feita aqui não comporta advertência,
1289 porque é a questão do código da sanção administrativa prevista no
1290 Decreto 44.484, não há possibilidade de advertência. Também eu
1291 entendo, na época, também não foi deixado claro objeto do recurso
1292 da defesa, que em momento algum a defesa da empresa alegou
1293 isso aqui, que eles estariam operando, quando da vistoria, dentro
1294 do limite de 320 mil metros de carvão autorizado pela licença
1295 anterior. Isso aí em momento algum na defesa não foi alegado. As
1296 defesas estão aqui, os argumentos estão aqui. O que também eu
1297 vejo, para a equipe no momento verificar se essa produção, se lá no
1298 momento da vistoria, se eles tivessem alegado 'Não, nós estamos
1299 produzindo, apesar dos 84 fornos estarem funcionando, a produção
1300 está em 320 mil.' Assim, é humanamente, creio eu, não sou técnico,
1301 mas para a equipe verificar que de fato ele estaria dentro desse
1302 parâmetro, ainda mais porque é 320 mil metros de carvão/ano,
1303 então para você fazer essa conta é complicado e difícil. Então
1304 assim, de fato não houve alegação no momento oportuno, creio eu,
1305 dentro da defesa administrativa exercida pela empresa, essa
1306 argumentação de que eles estariam produzindo mesmo com os 84
1307 fornos funcionando, a capacidade de produção seria 320 mil metros
1308 de carvão/ano conforme autorizado na licença anterior. Se isso
1309 tivesse ocorrido, e se tivesse alegado e demonstrado isso, concordo
1310 com você, a autuação não poderia ter sido lavrada, porque eles
1311 estavam autorizados a mesmo com a mudança dos fornos, com
1312 aquela produção ali de 320 mil/ano. Presidente Clésio Cândido
1313 Amaral: "Vou passar para os outros dois Conselheiros para poder
1314 fazer as perguntas. Aí eu gostaria depois dessas duas perguntas, a
1315 gente finalizar e ir para a votação." Conselheiro Alex Mendes
1316 Santos: "É só uma consideração. Primeiro que essas preocupações
1317 com relação aos funcionários, eu acho que elas não devem existir,
1318 porque a empresa é uma empresa muito grande, organizada, que
1319 contém tecnologia, então ela prevê isso e com certeza essas
1320 construções foram feitas em época em que não se estava
1321 provavelmente em período de crescimento, plantio que daria a ela
1322 tempo para fazer essas situações sem complicar sua operação.
1323 Então eu acredito nisso, então estou tranquilo nesse aspecto. E eu
1324 queria, só para entender também, por que vocês não comunicaram
1325 antecipadamente esse processo? Já que vocês tinham o
1326 entendimento que não poderia ser feito e não havia a questão da
1327 perda de um licenciamento. Vocês procuraram a SUPRAM e

1328 como a Anglo, foi citado aqui o caso da Anglo, procurou a SUPRAM
1329 para falar 'Olha, eu tenho que fazer testes e tal.' Vocês procuraram
1330 para ter esse entendimento? Por que vocês não fizeram isso?"
1331 Conselheiro Talles Guedes de Matos: "Só fazer uma colocação.
1332 Mais cedo houve uma discussão sobre processo de ensino, uma
1333 pessoa pontuou a Universidade, e eu gostaria de falar que eu sou
1334 aluno também da Universidade e na semana passada eu tive a
1335 oportunidade de participar de uma aula de empreendedorismo e a
1336 discussão que lá foi levantada era justamente a ideia do que a
1337 tecnologia e sustentabilidade. Porque apesar de ser uma palavra
1338 que há muito tempo vem sendo dita, principalmente para as
1339 grandes empresas, porque traz um cenário interessante para quem
1340 compra, e todo esse processo, a gente tem uma valorização de
1341 empresa sustentável. Mas não sei se talvez por uma ignorância de
1342 não ter todo o conhecimento, mas o que me ficou claro é que
1343 tecnologia é uma técnica ecológica. Quando você vai fazer uma
1344 implantação de uma tecnologia você já tem que levar em
1345 consideração todos os fatores que estão envolvidos, não é? E
1346 quando a gente fala em sustentabilidade, nós temos que pensar em
1347 três esferas, nós temos uma esfera ambiental, uma esfera social e
1348 econômica. Nós não podemos virar os olhos para todo esse
1349 processo por uma função econômica. Nós estamos cansados de
1350 ver nesse nosso país, apesar da minha pouca idade, de perceber
1351 que boa parte daqueles que dizem ter conhecimento, procuram
1352 andar nas lacunas da lei. Talvez se dessas lacunas que essas
1353 pessoas pretendem andar tenha levado o nosso país para uma
1354 situação vergonhosa. Hoje em dia, a gente está cansado de ver que
1355 ser brasileiro em muitas situações como motivo de chacota, porque
1356 nós estamos acostumados a andar nas lacunas da lei. É só para
1357 fazer uma colocação que sim, sustentabilidade é importante,
1358 tecnologia é importante, mas nós não podemos trabalhar com meia
1359 parte disso e achar que é um todo. Só isso." Presidente Clésio
1360 Cândido Amaral: "Só esclarecendo uma coisa. Na realidade aquilo
1361 não é um teste. Segundo o que a empresa informou, ela estava
1362 queimando e teria que queimar continuamente. Os testes são
1363 previstos na legislação para algumas atividades, igual o Wesley
1364 citou, a empresa vai lá testa, vê se está funcionando, depois para o
1365 teste. No caso de carbonização o processo não permite teste. Não
1366 existe teste para carbonização. Você tem, por exemplo, para fornos,
1367 você também tem teste, uma vez ligado o forno, ele não é mais
1368 deligado. Se você desligar o forno, você vai dar pelo menos três
1369 vezes novamente para poder aquecer e acertar. Então prova que
1370 algumas atividades não dá para a gente falar em teste. Mas hoje a

1371 legislação tem mecanismo que determinam essa coisa da operação
1372 precária, ou seja, ele começa a operar e vai determinar a quanto
1373 tempo ele vai operar, nesse sentido até ele acertar o forno, depois
1374 já entra em operação, ou seja, se confunde a instalação com
1375 operação. Só para esclarecer.” Wesley, Representante do
1376 Empreendedor: “Esclarecendo o que o Senhor Conselheiro
1377 perguntou sobre a sustentabilidade, eu gostaria de frisar o seguinte.
1378 A gente está aqui, a empresa nossa, nós estamos aqui hoje, porque
1379 somos realmente uma empresa séria e que preza muito o valor da
1380 sustentabilidade. No tripé ambiental, a nossa empresa ela fez essa
1381 substituição dos fornos. Hoje um forno desse, da tecnologia anterior
1382 que a gente mostrou, que era difundido em mais de 90% da
1383 produção do nosso país, ele tem uma capacidade de conversão da
1384 ordem de 23% de madeira em carvão. Esse forno que nós
1385 produzimos, ele converte da ordem de 38% de madeira em carvão.
1386 Quando a gente melhora essa conversão, a gente deixa de emitir
1387 uma quantidade enorme de gases, a gente mantém o nosso
1388 processo limpo. Além disso, a nossa empresa fez essa ampliação,
1389 porque substituiu a produção do aço inox que era feito à base de
1390 carvão mineral, coque, por carvão vegetal. O carvão vegetal
1391 embora o nosso país não faz uma política pública para defender o
1392 carvão vegetal, ele é o único processo de produção de aço verde no
1393 mundo. Então as nossas florestas, elas têm um balanço positivo,
1394 coisa que nenhuma outra siderurgia no mundo tem. Então a nossa
1395 floresta, Aperam, que a ArcelorMittal veio floresta com o nome na
1396 época, era a única empresa do mundo, no Brasil, que produz aço
1397 com 100% da produção a base de carvão vegetal. É a única
1398 empresa que tem balanço totalmente positivo de crédito de
1399 carbono. Então no tripé ambiental essa substituição dos fornos, ela
1400 veio contribuir enormemente com isso aí. Tanto é que o carvão, a
1401 gente caracteriza como o nosso aço no Brasil é o aço verde que é
1402 produzido.” Presidente Clésio Cândido Amaral: “Vou encerrar e
1403 vamos colocar em votação. Todas as questões esclarecidas. O
1404 Parecer da SUPRAM ele é pelo indeferimento do recurso, ou seja,
1405 mantém-se a aplicação da multa. Então eu vou colocar em votação
1406 o Parecer da SUPRAM. Então quem concordar com o Parecer da
1407 SUPRAM estaria indeferindo o pedido de recurso do empreendedor
1408 e a SUPRAM estaria aplicando a multa. Então vamos, coloco em
1409 votação. Todos aqueles que forem a favor ao indeferimento do
1410 recurso do empreendedor, ou seja, a aplicação da multa pela
1411 SUPRAM, mantenham-se como estão. Quem for contra levanta a
1412 mão então. Quem for a favor da aplicação da multa mantenham-se
1413 como estão. Então nós temos 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07. Sete

1414 Conselheiros pela aplicação da multa. Gente, eu perguntei assim,
1415 quem for pela aplicação da multa, ou seja, concordando pelo
1416 indeferimento do recurso do empreendedor, ou seja, a SUPRAM vai
1417 aplicar a multa, mantenham-se como estão. Aqueles que não forem
1418 de acordo com isso, vão se manifestar. Foi isso que eu perguntei.
1419 Então quem concorda com o Parecer da SUPRAM, não, quem for a
1420 favor do Parecer da SUPRAM mantenha-se como está. Então quem
1421 é a favor do Parecer da SUPRAM, mantenha-se como está. Então
1422 tem 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, favoráveis ao Parecer da SUPRAM.
1423 01, 02, 03, 04, 05, 06, contrários ao Parecer da SUPRAM. Então
1424 mantém-se a aplicação da multa. 07 a 06. Ahn? Ah, é, abstenção.
1425 Tem alguma abstenção? Então espera aí, espera aí. Uma
1426 abstenção, duas? Duas abstenções? É uma abstenção, quantas
1427 abstenções? Contrário. 01, 02, 03, 04, 05, 06. A favor do Parecer da
1428 SUPRAM.” (Áudios não identificados – fora do microfone)
1429 Presidente Clésio Cândido Amaral: “Abstenção.” (Áudio não
1430 identificado – fora do microfone) Presidente Clésio Cândido Amaral:
1431 “Vamos lá. Vamos fazer as justificativas dos votos contrários.”
1432 Conselheiro José Otoni Alves Campos: “Eu quero justificar o meu
1433 voto. Eu acho o seguinte. Isso vai virar moda, vira moda no Brasil
1434 se o empreendedor foi multado, por isso que eu sou contra a
1435 aplicação da multa, ele tem 20 dias para pagar ou recorrer, porque
1436 que a SUPRAM, que eu admiro, ficou desde 2013 até agora para
1437 poder dar essa multa? Então eu acho que nós temos que mudar
1438 isso. O órgão que aplicou a multa, ele tem que ter um prazo
1439 também para poder ou acatar aquele recurso ou então por fazer
1440 cumprir a multa. Eu acho um absurdo uma multa ser emitida em
1441 2013 e ela vai lutando, em quantas reuniões nós já tivemos desde
1442 2013 até agora? Por que não entrou em pauta essa multa? Então
1443 eu acho que isso é um absurdo e eu voto contra a multa, para que a
1444 gente possa mudar isso. Eu acho que os direitos têm que ser iguais.
1445 Porque que o empreendedor tem 20 dias para pagar ou recorrer e o
1446 órgão que emitiu a multa pode ficar a Deus dará, até o dia que
1447 quiser para poder executar essa multa?” Conselheiro Wagner
1448 Vicente Rodrigues de Almeida: “Eu também acho o seguinte, eu fui
1449 contra a multa pelo fato disso, quer dizer, ele tinha o prazo para
1450 recorrer, dentro desse prazo que foi dado ele entrou com o
1451 processo recorrendo. Não foi julgado o recurso dele, vamos dizer
1452 assim, demorou todo esse tempo e veio uma outra lei que acaba
1453 beneficiando. Então eu acho assim, a culpa não é deles, eles
1454 fizeram com o papel deles de entrar com o recurso. Então mais uma
1455 vez, aí o Estado passa a ser, vamos dizer, quase que omisso
1456 nessas questões de agilidade. Então por isso eu fui contra essa

1457 questão da multa.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Oh
1458 gente, eu não vou conseguir deixar de externar o meu
1459 Incontentamento da gente, imagino, antes de votar eu apostaria
1460 aqui que nós teríamos quase que unanimidade pela não aplicação
1461 da multa. Tem uma série de questões que tornam a situação
1462 absurda. Sem microfone sem nada, mais ou menos, qual o
1463 investimento?” Não se identificou, Representante do
1464 Empreendedor: “55 milhões.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves:
1465 “55 milhões de reais investidos no Vale do Jequitinhonha, qual a
1466 geração de emprego?” Wesley, Representante do Empreendedor:
1467 “Em torno de duas mil pessoas envolvidas com a obra. Diretas.”
1468 Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Duas mil pessoas
1469 envolvidas com o empreendimento. Quantos empregos gerados na
1470 operação?” Conselheira Silvana Regina Paslauski: “E depois
1471 operando?” Não se identificou, Representante do Empreendedor:
1472 “700.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “700 empregos
1473 diretos. Diretos?” Não se identificou, Representante do
1474 Empreendedor: “Diretos.” Conselheiro Guilherme Coelho Neves:
1475 “Fora os indiretos que é difícil de...” Não se identificou,
1476 Representante do Empreendedor: “1.000 mais ou menos.”
1477 Conselheiro Guilherme Coelho Neves: “Mensura-se mil, mas não é
1478 algo exato. A SUPRAM levou 01 ano entre o pedido de Licença de
1479 Operação, que a própria legislação entendeu um absurdo em
1480 janeiro de 2017, 01 ano para conseguir responder, sabe? Para
1481 responder com multa, porque ainda não foi para liberar a Licença de
1482 Operação, eu nem sei se já saiu. Então assim, isso é absurdo. Nós
1483 estamos, para quem entende um pouquinho de dinheiro, para quem
1484 tiver 100 mil reais, 100 mil que é uma condição que talvez algumas
1485 pessoas que sejam controladas com orçamento familiar têm isso,
1486 na poupança. Pessoas controladas conseguem. Alguém deixa 10
1487 mil reais de economia parado 01 ano, sem render nada? Nem
1488 poupança. Porque aqui nós estamos falando que a empresa deveria
1489 ter investido 55 milhões de reais e deixar aqueles 55 lá parados.
1490 Ainda que tecnicamente os fornos permitissem isso, que já foi
1491 explanado que nos permite. A minha defesa aqui e o meu
1492 posicionamento até de certa forma, até com um pouco de revolta,
1493 sabe? É a questão de punir a empresa que investe e gera emprego,
1494 gera desenvolvimento, gera imposto. Nós sabemos que o setor, nós
1495 estamos falando de carvão, mas nós estamos falando de setor, de
1496 siderurgia, mineração, etc, sabendo que é o segundo mais
1497 importante do Estado de Minas Gerais em geração de (áudio não
1498 identificado), só perde para combustível. Então é impensável dizer
1499 isso. O que nós estamos falando aqui de uma multa de 14 mil reais

1500 para a empresa, que me desculpem se eu estiver julgando errado,
1501 isso é dinheiro que está aqui no bolso para tomar Coca-Cola. Mas o
1502 que nós estamos aqui para julgar não é que a multa seja 14 mil ou
1503 14 milhões. O que nós estamos aqui para julgar, certo, é se é
1504 pertinente a empresa ser punida ou não por ter colocado os fornos
1505 em operação e a própria legislação veio em janeiro de 2017
1506 explicitamente demonstrar que havia um erro no processo. Então
1507 assim, eu quero colocar isso aqui. Acho que é impensável um
1508 negócio desse, sabe? Eu acho que são situações que deixam a
1509 gente realmente triste de ver. A burocracia, eu fiz questão de
1510 perguntar nos meus questionamentos se as demais condicionantes
1511 do processo foram cumpridas, segundo informação do Doutor
1512 Wesley, foram plenamente cumpridas. Aqui nesse Conselho, nós
1513 não estamos muito acostumados a ver condicionantes 100%
1514 cumpridas como o Wesley colocou aqui não. Isso é fato. Então, eu
1515 precisava colocar isso até para realmente externar a insatisfação
1516 em se pensar em um investimento e em que a máquina pública, a
1517 ineficiência da máquina pública, coloque em dificuldade e estar
1518 punindo injustamente, no meu julgamento, aqui os
1519 empreendedores. Obrigado.” Conselheiro 3º Sgto. PM Washington
1520 de Miranda Melo: “Geralmente eu voto a favor do Parecer jurídico e
1521 técnico, mas dessa vez, diante de tudo exposto aqui, eu entendi
1522 que realmente houve problema de ordem legal. Assim, a DN
1523 mudou. A verdade é essa. Ela hoje ampararia a empresa, aquele
1524 momento, no argumento da empresa, de que ela tem a Licença de
1525 Operação, estava operando, pronto. O agente entendeu diferente,
1526 porque realmente tinha razões naquele momento para entender
1527 assim, talvez se fosse eu entenderia daquela maneira. Inclusive até
1528 o Parecer jurídico teria que ser assim. Bom que vocês vieram aqui,
1529 explanados muito bem, parabéns a equipe toda. Me convenceu e é
1530 muito difícil me convencer, eu fico calado aqui e voto, porque eu
1531 vou com segurança com o Parecer jurídico e técnico. Sempre
1532 assim. Mas depois de muito estudar. Hoje realmente parabéns a
1533 equipe, vocês estão de parabéns mesmo, porque conseguiram me
1534 convencer do contrário. Todos que me conhecem aqui, sabem que
1535 eu sou muito rigoroso nisso. Mas realmente eu entendo que foi
1536 evidentemente, e sou a favor da nulidade do Auto de Infração.”
1537 Conselheira Angelli de Castro da Silva Cordeiro: “Eu fui convencida,
1538 porque eu analisei muito bem cada pergunta, cada resposta e eu
1539 achei também que eu não vi má intenção da empresa e assim, a
1540 gente está acostumado com as falhas que existem na legislação,
1541 infelizmente. E assim foi por analisar todo o processo, toda a
1542 discussão aqui que eu achei que eles não, eles conseguiram se

1543 explicar e por isso eu votei contra a multa.” Conselheira Tamara
1544 Marques Veríssimo: “Minha justificativa acho que já está... o que
1545 todos aqui falaram e concordo com ele também, meu colega aqui,
1546 que acho que nós também sentamos lado a lado e também nunca
1547 houve nenhuma manifestação, nem nunca fui contra nenhum
1548 Parecer da SUPRAM, sempre fui a favor, mas dessa vez também
1549 acho que diante de tudo aqui, não houve nada que me convencesse
1550 ao contrário disso. Então acho que a fala de todos aqui, eu
1551 concordo com isso. Então (áudio não identificado).” Presidente
1552 Clésio Cândido Amaral: “Bem, a hora que eu cheguei hoje,
1553 Alexandre virou até mim e falou assim ‘Olha, nós estamos em um
1554 caso único. Primeiramente, a SUPRAM está certa, mas a empresa
1555 também está correta.’ E eu ainda brinquei com ele lá fora ‘Só
1556 espero que não seja o voto de minerva.’ Eis que eu estou, não é? É
1557 a Lei de Murphy. Como a professora aqui nos disse, nós estamos
1558 sob um paradoxo. E realmente é um paradoxo, não é? Eu acho que
1559 o Conselho serve para isso, para a gente discutir aquilo que é a
1560 exceção da lei, aquilo que não está previsto na lei. Eu entendo
1561 tranquilamente, eu sou superintendente, eu entendo que o Estado é
1562 moroso em relação às questões que ele precisa se posicionar,
1563 fortificar legislação, igual nós estamos falando, uma legislação onde
1564 a operação se confunde com a instalação, levou de 2004 a 2017
1565 para ser alterada. Ele levou esse tempo inteiro para acordar. Então
1566 realmente é muito moroso. Compreendo também que a legislação,
1567 em alguns casos, não permite teste. Teste é uma coisa, operação é
1568 outra. Consigo também compreender o que a empresa falou sobre
1569 a questão da tecnologia, porque eu também sou técnico. Aqui na
1570 discussão alguns fatos novos foram apontados nesse sentido. A
1571 SUPRAM, não teria em momento algum, naquele momento da
1572 aplicação de fazer cálculos e determinar esse volume que conforme
1573 a empresa informou e alegou e está gravado que à época que a
1574 SUPRAM esteve no local, eles estavam operando com a
1575 capacidade vigente à legislação ou a LO anterior de 320 mil m³ de
1576 madeira ou de carvão. Em se tratando dessas questões todas e
1577 desse paradoxo todo o meu voto de minerva é neutro. E em função
1578 da gente não ter subsídio, inclusive até técnico, jurídico para falar
1579 quem está certo ou quem está errado. Os dois estão certos do
1580 ponto de vista de cada um. Tem um grande amigo que fala ‘Qual
1581 que é o (áudio não identificado) correto dependente do ponto de
1582 vista geográfico.’ As duas situações elas são corretas. A da
1583 SUPRAM é porque você não pode operar porque a legislação ela
1584 trata dessa forma. A empresa ‘Não posso deixar de operar, porque
1585 senão eu nunca vou concluir a obra dos meus fornos, e os fornos

1586 vão desabar.’ Eu também consigo entender. Então em função
1587 desses fatos todos, eu vou votar pela nulidade da multa. Tá? Dou
1588 por encerrada a nossa última URC.” Conselheiro Alex Mendes
1589 Santos: “Só antes um pouquinho.” Presidente Clésio Cândido
1590 Amaral: “Tá.” Conselheiro Alex Mendes Santos: “Justificar a minha
1591 colocação aqui. É só colocar, a minha opção em votar favorável,
1592 porque vocês tiveram todo o tempo do mundo para até recorrer a
1593 essa SUPRAM e essa discussão daqui, a princípio já entra lá trás
1594 no início do processo, que não foi feito, não é? Então foi isso que eu
1595 tentei entender o porquê. Então para mim, posso estar errado, mas
1596 houve um, ‘Vamos ver. Vamos deixar como é que está para ver
1597 como é que fica.’ Então foi esse meu entendimento, posso estar até
1598 errado. Uma situação anterior, eu até votaria favorável, mas a
1599 anulação, mas eu acho que vocês tiveram tempo suficiente, desde
1600 o início do processo para vir a essa SUPRAM e colocar ‘Olha,
1601 estamos com esse problema e vamos resolver?’ Como aconteceu
1602 em outras vezes. Então foi por isso que eu...” Wesley, da
1603 Supram/JEQ: “Doutor Alex, só para falar, imediatamente quando foi
1604 lavrado o auto, até mesmo para discussão da lavratura do auto, à
1605 época eu participei dessa discussão, e a discussão foi a mesma
1606 que nós tivemos aqui, os técnicos com aquela questão do mesmo
1607 estar prevaricando, que eu encontrei os fornos em operação no
1608 ponto, fazendo a queima. Mas também na discussão, entendemos
1609 tecnicamente a questão, e isso foi falado, olha, eles também
1610 alegando, mas pela utilidade do aspecto tempo, que nós
1611 formalizamos o processo em 2012, pelo tempo que vocês fizeram a
1612 fiscalização, pelo tempo que ainda demorar para a Licença da
1613 Operação. Assim, a gente na questão ambiental, a gente fica entre
1614 a questão do desenvolvimento econômico e a proteção ao meio
1615 ambiente. E essa discussão hoje que nós tivemos, que vocês
1616 tiveram aqui, foi a discussão que nós tivemos na época. Aí optamos
1617 pela questão de segurança, os técnicos, segurança jurídica e de
1618 sofrer questionamentos lá, pela lavratura do auto. Mas a discussão
1619 foi praticamente os mesmos termos que tivemos lá na SUPRAM. A
1620 opção segura dos técnicos à época que falaram, mesmo assim
1621 vamos para lavar o Auto de Infração.” Conselheira Silvana Regina
1622 Paslauski: “Com base no que você falou que poderia ser colocado
1623 na defesa.” Wesley, da Supram/JEQ: “Sim.” Conselheira Silvana
1624 Regina Paslauski: “O que não foi colocado na defesa? É que o
1625 Estado com a Licença de Operação, esse argumento fortíssimo,
1626 como não ter visto na defesa, eu ter votado a favor do Parecer dos
1627 técnicos, nós não podemos retroagir a lei. A partir de 1º de janeiro
1628 de 2017 é que passou a vigor, que foi o reconhecimento. Agora

1629 retroar em função de uma situação anterior, nós estávamos sob a
1630 égide da 7404, então se o servidor não fizesse, não lavrasse o Auto
1631 de Infração, como bem observado pelo próprio técnico, vocês
1632 estariam prevaricando de fato. Agora, o meu voto foi pautado
1633 justamente na falta de argumento e que estava sob a égide da LO e
1634 não fizeram defesa nesse sentido. Então é por isso que eu votei a
1635 favor. Agora o fato, não podemos retroagir a lei. A partir de 1º de
1636 janeiro de 2017 é uma coisa e a anterior é outra. Então eu fui pela
1637 legalidade do ato.” Conselheira Soraya de Carvalho Neves: “Eu
1638 queria só ressaltar como que foi esse, eu tenho abster, a
1639 intervenção minha, foi em relação justamente ao paradoxo. Ser
1640 coerente com tudo que eu coloquei aqui para vocês. Agora uma
1641 coisa importante, entendeu? Que eu vou corroborar o voto do
1642 Senhor Clésio, é que mesmo no Auto de Infração estava sendo dito
1643 que não estava havendo poluição ambiental. Isso é para mim
1644 fundamental, se eles estivessem poluindo, aí eu votaria aqui a favor
1645 da manutenção. Mas no próprio Auto está, e como a questão
1646 financeira, humana, todo esse sentido, mas a minha abstenção foi
1647 justamente pelo paradoxo, porque na verdade os dois estão
1648 corretos. Entendeu? Então é muito difícil tomar uma posição por
1649 isso que eu me abster. E eu corrobo a decisão do presidente da
1650 mesa, justamente que no Auto de Infração ele já falou que não
1651 havia poluição ambiental no caso, então não justifica a multa. Foi
1652 isso. Obrigada.” **6. Encerramento.** Presidente Clésio Cândido
1653 Amaral: “Bem, eu gostaria de agradecer a todos a presença.
1654 Agradecer por mais um ano, um de muitos que a gente passou em
1655 discussões. E dizer que a URC é para isso mesmo, é para gente
1656 discutir e essa não vai ser a primeira e nem a última questão
1657 polêmica a ser discutida nesse quórum, pode ter certeza que
1658 teremos outras e sobre outras nós teremos que tomar decisões,
1659 talvez decisões contrárias ou favoráveis, mas aqui que é o fórum de
1660 discussão. Tem fatos novos, tem paradoxos e a gente está aqui
1661 justamente para discutir e avaliar esse paradoxo, as exceções da
1662 lei. Eu gostaria de agradecer.” Conselheiro José Otoni Alves
1663 Campos: “Eu quero uma última palavra aqui olha, pode estar certo
1664 que em 22 de fevereiro se acontecer a reunião, se acontecer, a
1665 água vai ser por conta da Copasa, que nós vamos pedir, e o lanche
1666 vai ser por minha conta.” Presidente Clésio Cândido Amaral:
1667 “Fechado. Olha, está gravado. Já estava gravado. Senhor José
1668 Otoni entendeu, a água vai ser Copasa e o lanche pelo Senhor José
1669 Otoni, nossa primeira reunião do ano que vem. Obrigado a todos e
1670 um bom dia e um bom final de ano.”

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco